



Auren Energia S.A.

CNPJ: 28.594.234/0001-23

Demonstrações Financeiras 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Carta da Administração

Nós, da Auren, encerramos 2022 orgulhosos de nossas realizações. Concluímos de forma bastante exitosa o processo de fusão e de integração dos ativos, avançamos na expansão da nossa plataforma de geração renovável e na aspiração da construção de uma Clean Energy Tech em nossa frente Comercial e celebramos o acordo judicial referente à indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos.

Após a conclusão da construção dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, conforme o cronograma e o orçamento estabelecidos, apresentamos um portfólio de ativos em operação de 3,0 GW de capacidade instalada e de 1,6 GW médio em garantia física, reafirmando nossa posição como uma das principais companhias de geração de energia renovável do País.

Com relação aos projetos em construção, no último trimestre do ano, foram assinados os principais contratos de suprimentos para o projeto híbrido Sol do Piauí e para o projeto fotovoltaico Sol de Jaíba que, uma vez concluídos, agregarão 548 MWac em capacidade instalada e 167 MW médios em garantia física ao nosso parque de geração de energia. A fase de mobilização de ambas as obras já iniciou. Em Sol de Jaíba, empreendimento que ocupará uma área de 1.500 hectares e com capacidade de atender o consumo de mais de 500 mil residências, a construção da subestação coletora e dos acessos externos aos parques está em andamento.

Já na Auren Comercializadora, houve a aquisição de participação na Flora Energia, uma startup que, por meio de plataforma de marketplace, oferece uma solução tecnológica escalável e que permite o acesso de clientes do mercado regulado à aquisição de energia de projetos de geração distribuída. Esse foi o terceiro investimento da Auren em empresas de inovação, de tecnologia e de ciência de dados, representando mais um avanço na trajetória de nossa Comercializadora para se tornar uma Clean Energy Tech, reforçando sua estratégia de construir um ecossistema de parceiros estratégicos, visando o desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções diferenciadas em energia que atendam os clientes do mercado livre.

Em dezembro, encerramos de forma exitosa a negociação referente ao recebimento da indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. No contencioso passivo, também prosperamos nesse 4º trimestre de 2022, sendo o destaque a homologação de negociação da Ação Civil Pública relacionada a pescadores. O reconhecimento contábil dessas negociações contribuiu positivamente para a divulgação de um lucro líquido de R\$2,7 bilhões no ano de 2022, além de reduzir o risco atribuído à Companhia.

A disciplina na gestão financeira e na condução do negócio nos possibilitou aprovar, nessa data, a proposta de distribuição de dividendos ora comunicada, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Também continuamos a evoluir, de forma consistente, na temática ESG (sigla para Environmental, Social and Governance). Dentre as ações do ano, destacamos a aprovação da Política de Sustentabilidade, que consolida os objetivos e a visão estratégica da Auren em relação aos temas de Saúde e Segurança no Trabalho, de Meio Ambiente e de Responsabilidade Social.

Nosso comprometimento com a transparência na divulgação das emissões de gases de efeito estufa e com a transição para uma economia de baixo carbono contribuiu para a escolha de nossa Companhia para integrar o seletivo grupo de empresas que compõe a carteira do Índice Carbono Eficiente da B3 S.A. (ICO2 B3).

Iniciamos 2023 com a mesma coragem para inovar e critério e disciplina para investir em um cenário ao mesmo tempo desafiador e com oportunidades potencialmente promissoras.

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores e parceiros de negócios por nos apoiar nessa jornada de crescimento para um futuro limpo e mais sustentável.

Fabio Zanfelice
Diretor-Presidente
Mario Bertocini
VP de Finanças e Diretor de Relações com Investidores

PERFIL DA COMPANHIA

A Auren nasce para construir um mundo mais positivo. Nascemos da integração dos ativos de energia da Votorantim S.A. e do CPP Investments e chegamos ao mercado como uma das maiores plataformas de renováveis e comercialização do Brasil. Operamos com uma matriz limpa e uma das maiores capacidades instaladas do país. Temos uma ampla carteira de clientes, movimentando 2,5 GW médios, e um diversificado portfólio de produtos e soluções focadas nas necessidades dos clientes e baseadas no investimento contínuo em inteligência de mercado e digitalização. Trazemos na bagagem 100 anos de história e conhecimento do setor, liderados por um time de especialistas prontos para inovar e gerar valor compartilhado para clientes, parceiros, acionistas e a sociedade.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Como empresa de capital aberto, integrante do segmento de listagem mais alto em padrões de governança da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, qual seja, o Novo Mercado, orientamos nossa atuação pela adoção das melhores práticas, baseadas em princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Em 2022, o modelo de governança da Auren foi impulsionado pelo início da listagem e adesão às regras do Novo Mercado da B3, com início de negociação das ações da Companhia na B3 a partir de 28 de março de 2022. A Administração da Auren conta, desde a referida data, em sua estrutura com um Conselho de Administração, sendo este ainda assessorado por um Comitê de Auditoria Estatutário, e por uma Diretoria.

A governança da Companhia tem ainda a Assembleia Geral dos acionistas como o mais importante evento societário. Nela, os acionistas deliberam anualmente sobre as demonstrações financeiras anuais e tomam as contas dos administradores, além de eleger, a cada 2 anos considerando o prazo de mandato, os membros do Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração é, ainda, assessorado por uma Secretaria de Governança, e reúne-se ordinariamente 10 vezes ao ano, conforme calendário anual definido pelo próprio órgão e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando necessário aos interesses sociais, nos termos de seu Regimento Interno. A partir de 28 de março de 2022, foram realizadas 18 reuniões, sendo 8 ordinárias e 10 extraordinárias.

Ainda, no último ano, houve a estruturação e a implantação de novos processos e políticas, as quais fortaleceram a transparência, a divulgação de informações e o processo de tomada de decisão dos órgãos de governança da Companhia. Nesse contexto, a elaboração e revisão de políticas resultou na atualização de referências e diretrizes de um conjunto importante de temas, entre os quais: compliance e anticorrupção, gerenciamento de riscos, dividendos, negociação de valores mobiliários, sustentabilidade, transações com partes relacionadas e remuneração e avaliação dos administradores.

Ainda em relação a referenciais de governança, a Auren adota as principais práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), tendo como base o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.

No tocante à diversidade no âmbito da governança da Auren, a aprovação da Política de Indicação formaliza e confirma o compromisso da Companhia em favor da promoção da inclusão de mulheres e grupos minorizados em posições de Conselho e Diretoria. Aprovadas pelo Conselho de Administração, as políticas corporativas da Auren expressam nossas intenções e compromissos em relação a diversos aspectos envolvidos na gestão. Aplicáveis a toda estrutura organizacional, esses documentos são compartilhados com os públicos interno e externo.

Outras informações sobre governança corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (<https://ri.laurenenergia.com.br/> - Seção Governança e Sustentabilidade).

SUSTENTABILIDADE

Assumimos novos compromissos com o futuro. Queremos contribuir com a criação de um setor elétrico cada vez mais inovador, digitalizado e sustentável. Esses desafios reforçam a nossa aspiração: seguir juntos pela energia de todos. Unidos, colocamos nossa energia para realizar os objetivos prioritários e adotamos os seguintes direcionadores estratégicos:

- Encontrar soluções e modelos de negócio dentro e fora dos limites da empresa, buscando integrar o socioambiental ao core business;
- Conectar pessoas, habilidades, objetivos e parceiros econômicos em prol do desenvolvimento sustentável;
- Estabelecer pontes com as comunidades locais; e
- Manter os ODS da ONU como guias das ações, da magnitude de ambições e das vocações da Auren.

Somos signatários do Pacto Global da ONU e nossa gestão socioambiental está alinhada com os ODS - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, enfatizando ações de enfrentamento às mudanças climáticas e cuidados com a biodiversidade. Entre as prioridades da gestão destacamos a preservação de recursos naturais e a restauração de ecossistemas, o uso racional da água, além do controle e a redução de emissões.

Comprometida com a transparência na gestão de emissões, a Auren está listada no índice Carbono Eficiente - ICO2 da B3. Os parques eólicos Ventos do Piauí I e Ventos do Araripe III, são certificados no mercado voluntário de crédito de carbono contribuindo para evitar a emissão de aproximadamente 900 mil toneladas de CO2 para atmosfera.

Nossas ações de regeneração reflorestaram mais de 250 hectares de Mata Atlântica e Cerrado no sudeste do país. Além disso, somos uma das fundadoras do Legado das Águas, a maior reserva de Mata Atlântica do país que juntamente da Reserva Particular de Proteção do Patrimônio Natural de Cisalpinia somam quase 35 mil hectares de área preservada e protegida.

Na frente desenvolvimento social, executamos 44 projetos em 27 municípios de 5 estados brasileiros trabalhando as temáticas prioritárias nos territórios onde atuamos: trabalho e renda; infraestrutura básica; educação básica e técnica (para o setor de energia) e proteção da infância e adolescência.

Desempenho Operacional

Em dezembro de 2022, a capacidade instalada operacional da Auren totalizou 3.030 MW, considerando as participações minoritárias em ativos hidrelétricos e a entrada em operação dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, concluída no 4T22. Desse total, 2.057 MW são referentes à fonte hidrelétrica, incluindo 517 MW dos ativos em que a Companhia possui participação, e 973 MW à fonte eólica.

Geração Hidrelétrica

A Companhia detém participação integral na UHE Porto Primavera e possui participação minoritária em outros sete ativos - Machadinho, Campos Novos, Barra Grande, Amador Aguiar I e II, Igarapava e Picada.

Período	Capacidade Instalada (MW)		Garantia Física (MW médio)		Geração de Energia (MW médio)		
	4T22	4T21	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)	
UHE Porto Primavera	1.540,0	886,8	825,0	765,8	773,3	759,9	1,7%

A produção de energia da UHE Porto Primavera atingiu 825 MW médios no 4T22, 8% superior ao 4T21 (766 MW médios).

O aumento de geração observado nesse trimestre reflete a atenuação, ao longo de 2022, dos efeitos da crise hídrica vivida pelo País no ano anterior. Com isso, em 31/out/2022, deixaram de vigorar as diretrizes operativas estabelecidas pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) que restringiam a vazão mínima defluente da UHE Porto Primavera e, consequentemente, a produção de energia elétrica pela usina.

Período	MW médio		% MLT ^(*)			
	4T22	4T21	Var. (%)	2021	Var. (%)	
Outubro	24.562	22.229	10,5%	104%	94%	10 p.p.
Novembro	24.616	29.324	-16,1%	78%	93%	-15 p.p.
Dezembro	42.681	42.730	-0,1%	89%	89%	-
Out - Dez	30.685	31.451	-2,4%	89%	91%	-2 p.p.

No 4T22, as bacias hidrográficas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste apresentaram vazões próximas às médias históricas, porém com armazenamentos superiores ao 4T21. Com o objetivo de recuperar os reservatórios das usinas de cabeceira, localizadas nas Bacias do rio Paranaíba e Grande, o Operador Nacional do Sistema (ONS) adotou como estratégia de operação a redução da defluência das hidrelétricas da Bacia do Rio Paraná ao longo da maior parte do trimestre, porém as vazões praticadas foram superiores às observadas nos trimestres anteriores.

No 4T22, a UHE Porto Primavera manteve o índice de disponibilidade médio em 96,2%, superior em 3,9 p.p. em relação ao 4T21 (92,3%).

O índice de disponibilidade médio das usinas geridas pela Auren manteve-se significativamente acima dos valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), demonstrando a qualidade da operação e da manutenção dos ativos e a adequada gestão dos riscos operacionais.

Tabela 3 - Valores de disponibilidade das usinas operadas pela Auren e valores de referência adotados pela ANEEL

	Capacidade Instalada (MW)	Número de Unidades Geradora - UG	Capacidade Unitária da UG (MW)	Disponibilidade Verificada	Índice Referência ANEEL
UHE Porto Primavera	1.540,0	14	110,0	96,2%	92,3%
UHE Picada	50,0	2	25,0	95,7%	93,4%

GERAÇÃO EÓLICA

A produção de energia elétrica nos parques eólicos da Auren atingiu, no 4T22, 348 MW médios, 125% superior ao 4T21 (155 MW médios) ou 32% superior, considerando a mesma base de ativos em operação no ano anterior. A entrada em operação comercial dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III acrescentou 81 MW médios à geração eólica da Companhia em 2022.

Período	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Geração de Energia (MW médio)					
			4T22	4T21	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Ventos do Piauí I	205,8	106,3	74,3	69,0	7,7%	96,5	96,9	-0,4%
Ventos do Araripe III	357,9	178,5	130,9	86,2	51,9%	158,6	94,3	68,2%
Ventos do Piauí II ^(*)	206,8	104,6	69,4	-	-	22,8	-	-
Ventos do Piauí III ^(**)	202,4	99,7	73,7	-	-	58,0	-	-
Total	972,9	489,1	348,3	155,2	124,4%	335,9	191,2	107,1%

(*) O projeto Ventos do Piauí II iniciou o processo de entrada em operação em agosto de 2022 (***) O projeto Ventos do Piauí III iniciou o processo de entrada em operação em maio de 2022 Para o cálculo de geração de 2022, em MW médios, foi considerada a geração anual dos Parques Ventos do Piauí II e III, em MWh, dividida pelo número de horas do ano.

Tabela 4 - Produção dos Complexos Eólicos

VENTOS DO PIAUÍ I

No 4T22, a geração de Ventos do Piauí I foi 12% inferior à geração esperada no percentil 90 (P90) e 17% inferior à geração média esperada (P50), devido ao recurso eólico abaixo da média esperada para o período. Em relação ao 4T21, a geração foi superior em 8%. A produção de 2022 foi de 96,5 MW médios, superior em 2% ao valor do percentil 90 (P90) e inferior em 3% à expectativa de geração média (P50).

A geração acumulada de 2022 foi de 96,5 MW médios, superior em 2% ao valor do percentil 90 (P90) e inferior em 3% à expectativa de geração média (P50).

Tabela 5 - Produção Trimestral do Complexo Eólico Ventos do Piauí I (2021 e 2022)

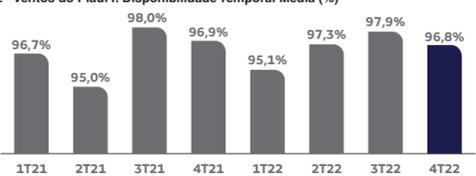
Período	Geração (MW médio)	Geração Esperada (P90) (MW médio)	Var. (P90)	Geração Esperada (P50) (MW médio)	Var. (P50)
1T21	61,1		12,9%		7,0%
1T22	58,1	54,1	7,4%	57,1	1,8%
2T21	110,6		11,5%		5,4%
2T22	109,6	99,2	10,5%	104,9	4,5%
3T21	146,1		5,2%		-0,5%
3T22	143,3	138,9	3,2%	146,8	-2,4%
4T21	69,0		-18,5%		-23,0%
4T22	74,3	84,7	-12,3%	89,6	-17,1%
12M21	96,9		2,6%		-2,9%
12M22	96,5	94,4	2,2%	99,8	-3,3%

Gráfico 1 - Ventos do Piauí I: Geração de Energia e Valores Certificados para o Percentil 50 (P50) e o Percentil 90 (P90) (MW médio)



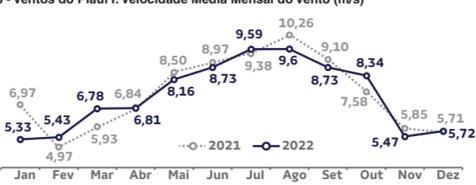
O índice de disponibilidade temporal médio do complexo Ventos do Piauí no 4T22 atingiu 96,8%, apresentando estabilidade em relação ao 4T21 (96,9%).

Gráfico 2 - Ventos do Piauí I: Disponibilidade Temporal Média (%)



No 4T22, observou-se uma velocidade média de vento de 6,5 m/s, abaixo da expectativa de 6,8 m/s (equivalente a produção no P90), impactada, principalmente, pela pluviometria acima da esperada no período. Ainda assim, a velocidade observada foi levemente superior ao valor de 6,4 m/s verificado no 4T21.

Gráfico 3 - Ventos do Piauí I: Velocidade Média Mensal do Vento (m/s)



Conforme anteriormente mencionado, em 2022, a produção de energia foi de 96,5 MW médios, 3% inferior à expectativa de geração média (P50). Quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico observado foi 4,5% abaixo da média de longo termo para o horizonte de 20 anos, os aerogeradores performaram 0,4% acima do esperado e a performance do sistema elétrico interno do parque foi 0,7% acima da esperada.

Gráfico 4 - Ventos do Piauí I: Performance anual do parque eólico quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



(*) Sistema Elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), subestação coletora (34,5/320kV), linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

Ventos do Araripe III

No 4T22, a geração de Ventos do Araripe III foi 9% inferior à geração esperada no percentil 90 (P90) e 14% inferior à geração média esperada (P50), devido ao recurso eólico abaixo da média esperada para o período.

Em relação ao 4T21, a geração foi superior em 52%, devido ao impacto da indisponibilidade dos transformadores da subestação coletora no ano anterior, que causou restrição da produção. Em 2022, a geração acumulada foi de 158,6 MW médios, 2% inferior ao percentil 90 (P90) e inferior em 8% à expectativa de geração média (P50).

Tabela 6 - Produção trimestral do Complexo Eólico Ventos do Araripe III (2021 e 2022)

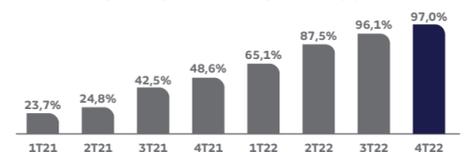
Período	Geração (MW médio)	Geração Esperada (P90) (MW médio)	Var. (P90)	Geração Esperada (P50) (MW médio)	Var. (P50)
1T21	46,4		-48,3%		-51,1%
1T22	73,9	89,7	-17,6%	94,9	-22,1%
2T21	87,5		-48,9%		-51,7%
2T22	183,8	171,3	7,3%	181,3	1,4%
3T21	155,8		-35,6%		-39,2%
3T22	244,1	242,0	0,9%	256,1	-4,7%
4T21	86,2		-40,2%		-43,5%
4T22	130,9	144,2	-9,2%	152,7	-14,3%
12M21	94,3		-41,9%		-45,0%
12M22	158,6	162,2	-2,2%	171,6	-7,6%

Gráfico 5 - Ventos do Araripe III: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)



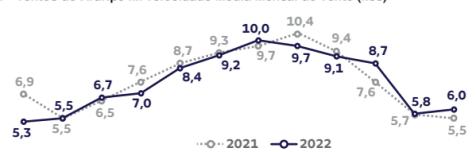
O índice de disponibilidade temporal médio do complexo atingiu 97,0% no 4T22, um aumento de 48% em comparação à disponibilidade verificada no 4T21 (48,6%), demonstrando a normalização na disponibilidade do ativo.

Gráfico 6 - Ventos do Araripe III: Disponibilidade Temporal Média (%)



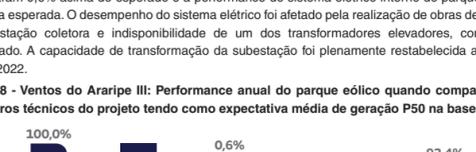
No 4T22, observou-se uma velocidade média de vento de 6,8 m/s, abaixo da expectativa, impactada principalmente pela pluviometria acima da esperada no período. Ainda assim, a velocidade observada foi superior ao valor de 6,3 m/s verificado no 4T21.

Gráfico 7 - Ventos do Araripe III: Velocidade Média Mensal do Vento (m/s)



Conforme anteriormente mencionado, em 2022, a produção foi de 158,6 MW médios, 8% inferior à expectativa de geração média (P50). Quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico ficou 4,2% abaixo da média de longo termo para o horizonte de 20 anos, os aerogeradores performaram 0,6% acima do esperado e a performance do sistema elétrico interno do parque foi 4,0% abaixo da esperada. O desempenho do sistema elétrico foi afetado pela realização de obras de melhoria na subestação coletora e indisponibilidade de um dos transformadores elevadores, conforme já mencionado. A capacidade de transformação da subestação foi plenamente restabelecida a partir de abril de 2022.

Gráfico 8 - Ventos do Araripe III: Performance anual do parque eólico quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



(*) Sistema Elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), subestação coletora (34,5/320kV), linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV).

Ventos do Piauí II

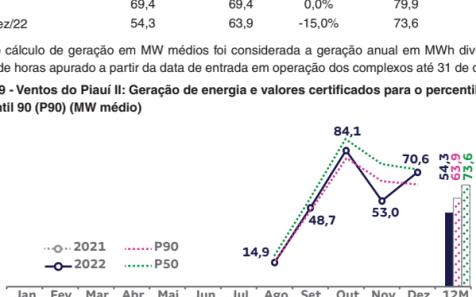
Com a conclusão da implantação do complexo Ventos do Piauí II no fim do 4T22, o parque atingiu a totalidade dos seus 47 aerogeradores, com potencial nominal de 4,4MW em operação comercial. A geração no 4T22 foi de 69,4 MW médios, alinhada à geração esperada no percentil 90 (P90), porém inferior à média esperada (P50) em -13%.

Tabela 7 - Produção trimestral do Complexo Eólico Ventos do Piauí II

Período	Geração (MW médio)	Geração Esperada 90 (MW médio) ^(*)	Var. (P90)	Geração Esperada (P50) (MW médio)	Var. (P50)
3T22	31,5	31,7	-0,6%	36,5	-13,7%
4T22	69,4	69,4	0,0%	79,9	-13,1%
Ago a Dez/22	54,3	63,9	-15,0%	73,6	-26,2%

(*) Para o cálculo de geração em MW médios foi considerada a geração anual em MWh dividida pelo número de horas apurado a partir da data de entrada em operação dos complexos até 31 de dezembro.

Gráfico 9 - Ventos do Piauí II: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)



Ventos do Piauí III

No final do 4T22, todos os 46 aerogeradores do Complexo Ventos do Piauí III estavam em operação comercial.

A geração, no 4T22, atingiu o valor de 73,7 MW médios, inferior à geração esperada no percentil 90 (P90) e à média esperada (P50) em -2% e -15%, respectivamente.

Tabela 8 - Produção Trimestral do Complexo Eólico Ventos do Piauí III

Período	Geração (MW médio) ^(*)	Geração Percentil 90 (MW médio) ^(*)	Var. (P90)	Geração Esperada (P50) (MW médio)	Var. (P50)
2T22	38,0	32,8	15,9%	38,0	0,0%
3T22	131,4	108,6	21,0%	125,7	4,5%
4T22	73,7	75,2	-2,0%	87,0	-15,3%
Mai a Dez/22	86,5	86,9	-0,5%	100,5	-13,9%

(*) Para o cálculo de geração em MW médios foi considerada a geração anual em MWh dividida pelo número de horas apurado a partir da data de entrada em operação dos complexos até 31 de dezembro.

Gráfico 10 - Ventos do Piauí III: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)

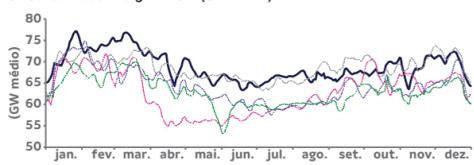
</

→ continuação

Auren Energia S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No acumulado do ano de 2022, o consumo de energia apresentou um crescimento de 0,4%^(*) em relação a 2021.

Gráfico 13 - Consumo de Energia do SIN (GW médio)



(*) Segundo informações do ONS disponibilizadas no Programa Mensal de Operação de fevereiro de 2023

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	4T	Ano
2018	68,6	68,5	70,7	67,5	63,8	63,6	64,5	65,2	67,4	67,7	67,8	67,7	67,7	66,6
2019	73,1	72,0	69,2	68,7	67,0	63,8	63,1	64,0	66,8	69,5	69,4	69,5	69,5	68,0
2020	70,7	71,2	68,7	60,7	60,0	61,7	63,3	64,6	69,3	71,0	69,3	71,1	70,5	66,8
2021	72,3	73,0	72,7	68,9	67,6	66,7	65,4	67,7	70,7	68,8	70,3	70,5	69,8	69,5
2022	72,2	74,3	75,1	70,6	67,6	66,4	67,0	67,9	68,4	70,1	68,9	69,1	69,4	69,8

Como consequência da melhoria do cenário hidrológico e das condições de atendimento energético, o preço médio de curto prazo (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD) do submercado Sudeste/Centro-Oeste, observado no 4T22, permaneceu em seu valor mínimo regulatório de R\$ 56/MWh. Esse valor é 2,4 vezes inferior ao verificado no mesmo período de 2021 (R\$ 135/MWh). Em 2022, o PLD médio foi de R\$ 59/MWh contra R\$ 280/MWh verificado em 2021.

Com relação ao deslocamento hidrelétrico (GSF), o valor médio observado no 4T22 foi de 77% contra 66% verificado no quarto trimestre do ano anterior. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o GSF verificado em 2022 foi de 85%, contra 73% observado em 2021.

Balanco Energético

O atual portfólio de ativos de geração em operação da Auren é composto por empreendimentos que somam 1.581 MW médios^(*) de garantia física, já incluindo a parcela garantia física dos parques eólicos de Ventos do Piauí II e III.

(*) Considera os ativos próprios e as participações da Auren em ativos hidrelétricos, excluindo Parauluna e a participação em Machadinho, pois não há risco de exposição energética nesse consórcio.

Conforme portaria do MME nº 709/2022, foi definido, no âmbito do processo de revisão ordinária de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, os novos valores de energia assegurada, que entram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023. Das usinas hidrelétricas que a Auren possui controle ou participação, apenas a garantia física da UHE Porto Primavera não foi revisada, dado que a assinatura do atual contrato de concessão ocorreu há menos de 5 anos no âmbito do processo de privatização da CESP.

Em dezembro de 2022, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria nº 1.851/SPE/MME/2022 contendo os valores revisados de garantias físicas das usinas eólicas com base na geração de energia elétrica verificada conforme estabelecido na Portaria MME nº 416/2015. Por conta da avaria e consequente indisponibilidade dos transformadores da subestação colorata, o parque eólico Ventos do Araripe III apresentou limitação da geração em 2020 e em 2021. Nesse sentido, o complexo teve suas garantias físicas reduzidas em 27 MW médios a partir de 01 de janeiro de 2023.

Cabe destacar que a totalidade da energia de Ventos do Araripe III está comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e, apesar da revisão da garantia física, a quantidade de energia vendida e a receita referente aos contratos (20º LEN, 18º LEN e 6º LER) não sofreram alteração. Mais informações sobre as revisões podem ser encontradas na seção "Temas Regulatórios".

Por meio das investidas CBA Energia e Pollarix, foi exercido o direito de preferência na compra da participação da CEEE-G na UHE Campos Novos em decorrência do processo de privatização e de alienação de controle da estatal gaúcha. O investimento resultou em um aumento da participação de garantia física no ativo equivalente a 6,3 MW médios na CBA Energia e 5,5 MW médios na Pollarix. Considerando a participação econômica nas empresas, o acréscimo equivalente para a Auren foi de 8,3 MW médios.

A venda da energia está distribuída em contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Atualmente, os ativos que apresentam contratos no ACR são a UHE Porto Primavera e os complexos de Ventos do Piauí I e de Ventos do Araripe III.

Todos os contratos no mercado regulado são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em suas respectivas datas de reajuste.

Na Tabela 9 é apresentado o Balanco Energético da Companhia, bem como informações de preços de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Tabela 9 - Balanco Energético Consolidado Auren

Energia (MW médio)	2023	2024	2025	2026	2027
Garantia Física Bruta(*)	1.581	1.665	1.748	1.748	1.748
Compras para Revenda	1.614	1.227	961	825	654
Recursos Totais (a)	3.195	2.892	2.709	2.573	2.403
Contratos ACR (b)	493	493	493	493	493
1º LEN - UHE Porto Primavera	148	148	148	148	148
2º LEN - UHE Porto Primavera	82	82	82	82	82
22º LEN - Ventos do Piauí I	93	93	93	93	93
20º LEN - Ventos do Araripe III	15	15	15	15	15
18º LEN - Ventos do Araripe III	103	103	103	103	103
6º LER - Ventos do Araripe III	52	52	52	52	52
Vendas no ACL (c)	2.591	2.201	1.954	1.375	1.020
Requisitos Totais (d) = (b) + (c)	3.084	2.694	2.447	1.868	1.513
Balanco (e) = (a) - (d)	111	198	262	705	890

(*) Os valores consideram: (i) a garantia física dos ativos próprios (UHE Porto Primavera e Complexos Eólicos); (ii) a quantidade de garantia física equivalente à participação da Auren nos demais ativos; (iii) o montante de 167 MW médios referente aos projetos Sol do Piauí e Sol de Jaiba, previstos para entrada em operação ao longo de 2024; (iv) não considera a UHE Parauluna.

Contratos ACR (b)	Preço Bruto no Leilão (R\$/MWh)	Data de Referência	Preço Bruto Corrigido Dez/22 (R\$/MWh)	Preço Líquido PIS/COFINS/P&D (R\$/MWh)
1º LEN - UHE Porto Primavera	116,0	01/12/05	291,5	260,1
2º LEN - UHE Porto Primavera	125,0	01/06/06	309,4	275,8
22º LEN - Ventos do Piauí I	190,0	21/08/15	267,5	257,7
20º LEN - Ventos do Araripe III	145,0	01/11/14	220,2	212,2
18º LEN - Ventos do Araripe III	127,0	01/12/13	203,3	195,9
6º LER - Ventos do Araripe III	143,0	01/10/14	238,7	219,8

(*) Data-base dos preços: 01 de janeiro de 2023.

Preço Médio de Venda dos Ativos de Geração (R\$/MWh)	2022	2023	2024	2025	2026
Portfólio	234	220	222	227	240
ACR	271	271	271	271	271
ACL	210	183	181	168	167

(*) Preços em moeda constante com data-base em 31 de dezembro de 2022. O Preço Médio de Venda dos Ativos de Geração considera o preço bruto contratual dos ativos próprios, excluindo os preços de energia transacionados no segmento Comercialização. O montante da garantia física de energia da UHE Porto Primavera contratada no ACR (230 MW médios) conta com proteção contra a exposição ao risco hidrológico. Como contrapartida, a Companhia paga, mensalmente, um prêmio de R\$ 14,32/MWh, conforme valor estabelecido pela Resolução Normativa da ANEEL nº 684/2015.

O portfólio total, considerando os segmentos de Geração e de Comercialização, apresenta um volume de vendas próximo de 3,1 GW médios para o ano de 2023, quantidade duas vezes superior à garantia física da Auren para o mesmo período.

Conforme divulgado nos resultados do 3T22, a Auren, visando antecipadamente um cenário de queda de preços, em virtude da boa evolução do cenário hidrológico e das condições de suprimento de energia do SIN, adotou a estratégia de venda de sua posição long para os próximos três anos. Portanto, para o período de 2023 a 2025, o nível de contratação é de, aproximadamente, 95% do seu recurso composto pela totalidade da garantia física de seus ativos e contratos de compra de energia já firmados. Cabe destacar que esse nível de contratação não considera o montante de energia necessário para fazer frente a eventual impacto sobre a garantia física das hidrelétricas relacionado ao risco hidrológico (GSF).

Gráfico 13 - Perfil de Contratação do Portfólio Consolidado (Geração e Comercialização) (MW médio)



O nível de contratação apontado no Gráfico 13, acima, já incorpora a garantia física referente aos projetos Sol do Piauí e Sol de Jaiba, cujas implantações foram aprovadas 3T22 e as construções já estão em curso. Cabe destacar que, para o horizonte 2028-2032, o nível médio de contratação do portfólio consolidado da Auren é de 60%.

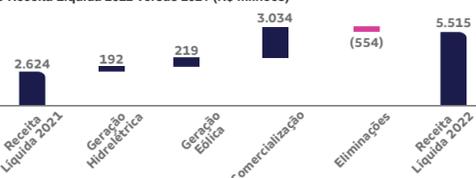
DESEMPENHO FINANCEIRO

	DRE Consolidada			
	R\$ milhões	2022	2021	Var.
Receita Líquida		5.515,7	2.624,1	110,2%
Custo com Compra de Energia		(3.640,6)	(1.328,7)	174,0%
Custo com Operação		(732,0)	(682,7)	7,2%
Repactuação de risco hidrológico		-	782,0	-100,0%
Lucro Bruto		1.143,1	1.394,7	-18,0%
Despesas gerais e administrativas		(370,4)	(168,6)	119,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		487,7	133,8	264,5%
Equivalência Patrimonial		130,7	-	-
Resultado Financeiro		1.662,3	(767,0)	-316,7%
IR e CSSL		(374,7)	(281,2)	33,3%
Lucro Líquido		2.678,6	311,6	759,6%
Lucro líquido antes das participações societárias e do resultado financeiro		1.260,4	1.359,9	-7,3%
Depreciação e amortização		615,6	594,0	3,6%
EBITDA		1.876,0	1.953,9	-4,0%
Provisão (reversão) de impairment		(230,9)	248,5	-192,9%
Repactuação de risco hidrológico		-	(782,0)	-
Reversão de provisão para litígios		(59,5)	(425,7)	-86,0%
Ganho na migração benefícios pós emprego		(20,1)	-	-
Baixa de depósitos judiciais		2,5	60,3	-95,9%
Dividendos Recebidos		235,0	-	-
EBITDA Ajustado		1.802,9	1.055,0	70,9%

A receita operacional líquida de 2022 totalizou R\$5.515 milhões, um aumento de 110% em relação aos R\$2.624 milhões de 2021, resultado de:

- (a) **Comercialização:** aumento de R\$3.034 milhões, explicado, principalmente, pela inclusão da Auren Comercializadora na consolidação após a conclusão da reorganização societária no exercício de 2022;
- (b) **Geração hidrelétrica:** aumento de R\$192 milhões em relação a 2022, devido ao reajuste dos contratos por inflação e ao encerramento dos instrumentos financeiros derivativos em moeda estrangeira em dezembro de 2021;
- (c) **Geração eólica:** incremento de R\$219 milhões, explicado, principalmente, pelo restabelecimento total da disponibilidade operacional do parque Ventos do Araripe III e pela entrada em operação dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, além de reajuste dos contratos por inflação;
- (d) **Eliminações:** maior eliminação em R\$554 milhões, explicado, principalmente, pelo aumento do volume de operações intercompany entre os ativos de geração e a Comercializadora.

Evolução Receita Líquida 2022 versus 2021 (R\$ milhões)



Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$4.255 milhões em 2022, um aumento de R\$2.991 milhões em relação aos R\$1.264 no exercício de 2021, explicada por:

- (a) **Custos com compra de energia:** aumento de R\$2.264 milhões (R\$3.394 milhões em 2022 versus R\$1.129 milhões em 2021), decorrente de:
- **Comercialização:** aumento de R\$2.852 milhões, principalmente explicado pela inclusão da Auren Comercializadora na consolidação após a conclusão da reorganização societária no exercício de 2022; e
- **Geração hidrelétrica:** redução de R\$45 milhões em energia comprada para equacionamento do balanço energético, principalmente devido a melhoria no cenário hidrológico, com GSF de 85% em 2022 versus 73% em 2021;
- **Geração eólica:** aumento de R\$12 milhões, devido principalmente à entrada em operação de Ventos do Piauí II e III;
- **Eliminações intercompany:** aumento na eliminação de R\$554 milhões no exercício de 2022, devido ao incremento do volume de energia comercializada referente às operações intercompany.
- (b) **Encargos de uso da rede elétrica:** aumento de R\$47 milhões em relação ao exercício de 2021, explicado pela atualização das tarifas TUST e TUSDg no segmento de Geração Hidrelétrica e da entrada em operação de Ventos do Piauí II e III;
- (c) **Despesas com PMSO:** aumento de R\$223 milhões na comparação entre os exercícios, devido à inclusão da Auren Comercializadora na consolidação e aos demais efeitos da reorganização e formação da Auren, entre os quais:
- **Pessoal (P):** incremento de R\$121 milhões (R\$217 milhões em 2022 versus R\$96 milhões no exercício de 2021), devido principalmente à inclusão da Auren Comercializadora na consolidação e aos demais efeitos da reorganização e formação da Auren, especialmente relacionados às mudanças do desenho organizacional e da reestruturação dos times operacionais;
- **Materiais e Serviços de Terceiros (MS):** aumento de R\$74 milhões (R\$238 milhões em 2022 versus R\$164 milhões em 2021), com impacto da entrada em operação de Ventos do Piauí II e III, atualização dos contratos de O&M dos aerogeradores de Ventos do Araripe III e Ventos do Piauí I.
- (d) **Outras Despesas (O):** aumento de R\$28 milhões no período (R\$68 milhões em 2022 versus R\$40 milhões em 2021), referentes a gastos com seguros, arrendamentos e outros.

Despesas com PMSO (R\$ milhões)



(d) Outras despesas (receitas) operacionais:

- **Reversão de provisão de impairment:** No exercício de 2022 foi registrado uma reversão de impairment de R\$231 milhões, contra uma provisão de R\$249 milhões em 2021. A provisão em 2021 ocorreu em função do reconhecimento da extensão da concessão da UHE Porto Primavera, que em valores contábeis, ultrapassaria o prazo máximo de 7 anos previsto no acordo da repactuação do GSF. Trazendo um efeito positivo de R\$480 milhões na comparação entre os exercícios.
- **Reversão de provisão para litígios:** a Companhia registrou reversão de provisão de R\$60 milhões em 2022, R\$366 milhões a menos comparado com a reversão de R\$426 milhões em 2021; e
- **Contratos futuros de energia (MfM):** efeito positivo (receita) de R\$153 milhões (R\$167 milhões no exercício de 2022 versus R\$13 milhões em 2021), em virtude de variação no saldo da marcação à mercado, sendo esse um efeito não caixa.

Resultado Financeiro Consolidado

R\$ milhões	2022	2021	Var. %
Receitas Financeiras	2.838,9	93,5	N.M.
Despesas Financeiras	(1.176,6)	(860,5)	36,7%
Encargos de Dívidas	(315,0)	(226,5)	39,1%
Atualização Monetária	(177,9)	(200,9)	-11,4%
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União	(231,8)	-	N.M.
Atualização Monetária sobre Provisões para Litígios	(97,1)	(167,5)	-42,1%
Baixa de Depósitos Judiciais	(2,5)	(14,9)	-83,3%
Atualização do Saldo de Benefícios Pós-Emprego	(159,9)	(158,1)	1,1%
Resilição Contratual Bancária	(28,0)	-	N.M.
Encargos sobre Operações de Desconto	(46,0)	-	N.M.
Outras Despesas Financeiras, Líquidas	(118,5)	(92,6)	27,9%
Total	1.662,3	(767,0)	N.M.

No exercício de 2022, o resultado financeiro foi uma receita de R\$1.662 milhões, versus despesa de R\$767 milhões em 2021, principalmente devido a:

- (a) **Receita financeira:** em 2022, houve o reconhecimento da atualização monetária sobre o ativo sujeito a indenização, devido ao acordo firmado sobre a indenização de Três Irmãos, na cifra de R\$2.422 milhões, além de uma maior receita de aplicações financeiras de R\$307 milhões (R\$368 milhões em 2022, versus R\$60 milhões em 2021), devido, principalmente, ao maior volume de caixa aplicado e pela alta do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) médio;
- (b) **Encargos de dívidas:** incremento de R\$88 milhões devido ao maior endividamento bruto, que totalizou R\$5,8 bilhões em dezembro de 2022, versus R\$4,7 bilhões em dezembro de 2021;
- (c) **Atualização monetária:** no exercício de 2022, a variação monetária foi uma despesa de R\$178 milhões, R\$23 milhões menor comparado com R\$201 milhões, principalmente devido à desaceleração do IPCA, 5,8% em 2022 versus de 10,0% em 2021.
- (d) **Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis:** reconhecimento de R\$232 milhões em 2022, devido ao acordo firmado com a União sobre o valor a receber referente a indenização de Três Irmãos.

Resultado Líquido

	Resultado Líquido Consolidado			
	R\$ milhões	2022	2021	Var. %
EBITDA		1.876,0	1.953,9	-39,80%
Depreciação e Amortização		(615,6)	(594,0)	-8,20%
Resultado Financeiro		1.662,3	(767,0)	-64,40%
IR/CSSL		(374,7)	(281,2)	-53,30%
Equivalência Patrimonial		130,7	-	-2,00%
Resultado Líquido		2.678,6	311,6	-29,6%

O Resultado Líquido no exercício de 2022 foi positivo em R\$2.679 milhões versus R\$312 milhões em 2021, devido, principalmente, a:

- (a) **EBITDA:** a Companhia registrou um EBITDA consolidado de R\$1.876 milhões, uma redução de R\$78 milhões, comparados com os R\$1.954 milhões registrados em 2021;
- (b) **Resultado financeiro:** aumento de R\$2.429 milhões no resultado financeiro líquido no exercício de 2022 em relação ao de 2021, principalmente explicado pelos efeitos do acordo com a União sobre o ativo indenizável Três Irmãos;
- (c) **Equivalência patrimonial:** a Companhia registrou receita de R\$130 milhões em 2022 referente ao resultado dos investimentos em ativos hidrelétricos incorporados na reorganização societária; e
- (d) **IR/CSSL:** incremento de 93 milhões no imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, R\$375 milhões em 2022 versus R\$281 milhões em 2021.

ENDIVIDAMENTO

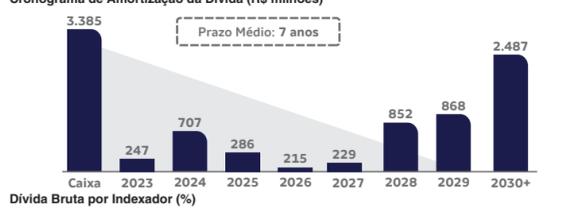
O endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2022, era de R\$5,8 bilhões em comparação aos R\$4,7 bilhões em 2021.

A posição de caixa e de equivalentes ao final do exercício de 2022 era de R\$3,4 bilhões versus R\$1,8 bilhão em 2021. Esse saldo reflete, principalmente: (i) o aporte recebido do acionista controlador CPP Investments, em fevereiro de 2022, no contexto da reorganização societária, no valor total de R\$1,5 bilhão; (ii) a emissão de debêntures no valor de R\$300 milhões, em dezembro de 2021, para investimentos e reforço de caixa e (iii) geração de caixa.

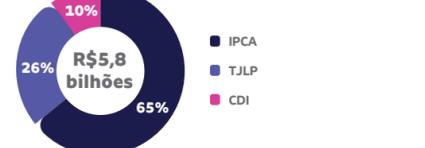
Com isso, a dívida líquida consolidada da Companhia, no encerramento do exercício de 2022, era de R\$2,5 bilhões, com prazo médio de 7,2 anos e custo médio pré-fixado da carteira de 11,2% a.a. (IPCA + 4,6% a.a. ou CDI -1,2% a.a.).

A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA Ajustado, encerrou 2022 em 1,4x versus 1,9x de 2021.

Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



Dívida Bruta por Indexador (%)



→continuação

Auren Energia S.A.				
Demonstração do resultado abrangente				
	Nota	Consolidado 2022 2021	Controladora 2022 2021	
Lucro líquido do exercício		2.678.614 311.646	2.674.400 58.739	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários		507 62.276	507 24.914	
Remensuração de benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	26 (e)	196.147 519.474	196.147 207.820	
Outros resultados abrangentes		3.348 -	3.348 -	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado				
Perda em participação de investida		(3.345) -	(1.630) -	
Total do resultado abrangente do exercício		2.878.616 890.051	2.874.402 289.843	
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		2.874.402 289.843	2.874.402 289.843	
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		4.214 600.208	- -	
		2.878.616 890.051	2.874.402 289.843	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Auren Energia S.A.				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
	Nota	Capital social de reserva	Reserva Legal	Retenção
Reserva de lucros				
Lucros acumulados				
Ajuste de avaliação patrimonial				
Participação dos acionistas não controladores				
Patrimônio líquido				
Em 1º de janeiro de 2021		2.977.983	60.428	1.477.424
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Resultado abrangente do exercício		-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-
Dividendos adicionais deliberados		-	-	-
Dividendos revertidos		-	-	-
Aumento de capital social		22.853	-	-
Dividendos não reclamados		-	-	-
Destinação do resultado do exercício		-	-	-
Constituição de reserva legal		-	2.937	(2.937)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(13.952)
Retenção de lucros		-	-	41.850
Contribuições e distribuições aos acionistas		22.853	2.937	321.152
Em 31 de dezembro de 2021		3.000.836	63.365	1.798.576
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Resultado abrangente do exercício		-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-
Aumento de capital		22.853	-	-
Incorporação reversa VGE avaliado ao valor justo	1.1.2 (b)	1.131.678	1.260.581	-
Incorporação de ações CESP - valor econômico	1.1.2 (e)	307.623	4.442.608	-
Integralização de capital - CPP Investments	1.1.2 (c)	1.500.000	-	-
Dividendos adicionais deliberados		-	-	-
Dividendos adicionais	1.1.2 (j)	-	-	(86.048)
Destinação do resultado do exercício		28.4	-	-
Constituição de reserva legal		-	133.720	(133.720)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(635.169)
Retenção de lucros		-	-	1.905.511
Contribuições e distribuições aos acionistas		2.939.301	5.703.189	133.720
Em 31 de dezembro de 2022		5.940.137	5.703.189	197.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Auren Energia S.A.				
Demonstração do valor adicionado				
	Nota	Consolidado 2022 2021	Controladora 2022 2021	
Geração do valor adicionado				
Receita bruta	6	6.326.909	3.146.163	-
Provisão de ressarcimento	6	(59.266)	(192.724)	-
Outras receitas operacionais		95.949	55.371	46.253
		6.363.592	3.008.810	46.253
Insumos				
Energia comprada e encargos de uso da rede elétrica		(3.640.607)	(1.328.735)	-
Repactuação do risco hidrológico		-	781.974	-
Serviços de terceiros e operação e manutenção		(219.301)	(148.877)	(44.349)
Materiais		(19.001)	(14.977)	-
Outros custos operacionais		(35.284)	(21.678)	(23.457)
		(3.914.193)	(732.293)	(67.806)
Valor adicionado líquido gerado		2.449.399	2.276.517	6.147
Retenções				
Depreciação e amortização		(580.092)	(558.995)	(8.460)
Amortização de mais-valia		(35.466)	(34.959)	-
Contratos futuros de energia		167.106	13.235	-
		(448.452)	(580.719)	(8.460)
Valor adicionado líquido gerado		2.000.947	1.695.798	76.266
Transferências				
Equivalência patrimonial	15 (a)	130.659	-	2.682.972
Receitas financeiras	8	417.295	93.473	196.471
Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União	8	2.421.617	-	-
Ganho pela migração benefícios pós-emprego	7	20.148	-	-
		2.989.719	93.473	2.879.443
Outras				
Reversão para litígios		59.519	425.693	-
Baixa com depósitos judiciais		(2.486)	(60.256)	-
(Provisão) reversão de impairment de ativo imobilizado e intangível		230.924	(248.520)	-
Seguros		(18.024)	(9.362)	-
Valor de liquidação antecipada de contrato		(54.000)	-	-
Outras despesas, operacionais líquidas		8.369	(7.607)	-
		224.302	99.948	-
Valor adicionado a distribuir		5.214.968	1.889.219	2.803.177
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	7	134.265	53.352	38.988
Encargos sociais		60.298	25.273	14.835
Benefícios		22.587	17.706	3.518
		217.150	96.331	6.579
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e atualização monetária	8	771.148	793.718	42.294
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União	8	231.822	-	-
Outras despesas financeiras	8	173.667	68.408	54.993
Aluguéis e arrendamentos	7	15.904	10.189	11.404
		1.192.541	872.315	97.287
Intrasetoriais - Encargos regulamentares				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	6	40.043	37.618	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		17.110	15.706	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		7.368	7.180	-
Reserva Global de Reversão - RGR		1.321	1.773	-
		65.842	62.277	-
Tributos e contribuições sociais				
Federais		915.093	546.406	(25.851)
Estaduais		145.345	87	-
Municipais		383	157	-
		1.060.821	546.650	(25.851)
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos		635.169	13.952	635.169
Retenção de lucros		2.039.231	44.787	2.039.231
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		4.214	252.907	44.787
		2.678.614	311.646	2.674.400
Valor adicionado distribuído		5.214.968	1.889.219	2.803.177

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Notas explicativas				
1. Considerações gerais: A Auren Energia S.A., "Companhia" ou "Auren", (anteriormente denominada VTRM Energia Participações S.A. "VTRM") com sede na cidade de São Paulo - SP, é uma holding que tem por objetivo ser uma plataforma de investimentos relacionados à aquisição e desenvolvimento de novos ativos de geração de energia renovável no Brasil, e o objetivo de suas controladas é o planejamento, construção, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia eólica, solar e hídrica, assim como a comercialização da energia produzida por esses sistemas, e também aqueda adquirida com a finalidade de trading. A Companhia é controlada em conjunto pela Votorantim S.A. ("VSA") e pelo Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments"). A Companhia obteve, em 25 fevereiro de 2022, o registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e "Abertura de Capital" e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado ("Listagem no Novo Mercado"). O início da negociação das ações da Companhia aconteceu no dia 28 de março de 2022, sob o código AURE3. As atividades de suas controladas operacionais, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). As controladas operacionais da Companhia possuem as características listadas abaixo:				
Capacidade (Mwm)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga	
Geração hídrica				
UHE Porto Primavera	1.540,0	Rosana - SP e Batayporã - MS	23/01/1999	15/04/2056
UHE Paraibuna (I)	87,0	Paraibuna - SP	24/04/1978	03/06/2022
Complexo Eólico Ventos do Araripe III ("Araripe III"):				
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	25/08/2014	25/08/2049
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	25,3	Araripina - PE	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	25,3	Araripina - PE	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	29,9	Araripina - PE	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	29,9	Araripina - PE	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	27,6	Araripina - PE	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	20/08/2015	20/08/2050
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	19,8	Curral Novo do Piauí - PI	08/05/2015	08/05/2050
Complexo Eólico Ventos do Piauí I ("Piauí I"):				
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II"):				
Ventos de São Crispim Energias Renováveis S.A.	46,2	Curral Novo - PI	06/10/2022	10/11/2055
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	46,2	Paulistana - PI	22/10/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí - PI	02/09/2022	10/11/2055
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí e Paulistana - PI	28/10/2022	10/11/2055
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí - PI	15/10/2022	10/11/2055
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"):				
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	27/05/2022	10/11/2055
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	42,0	Ouiricuri - PE	18/08/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	46,2	Ouiricuri e Araripina - PE	22/07/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	33,6	Araripina e Ouiricuri - PE	13/05/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	24/06/2022	10/11/2055
	2.602,3			

(I) Em 2022, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria 647/2022, a qual definiu a controlada CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica de Paraibuna ("UHE Paraibuna"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 04 de junho de 2022 até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022: 1.1.1 Principais eventos operacionais: (a) Retomada integral das operações do complexo de Ventos do Araripe III: Em 25 de abril de 2022 foi finalizado o reparo do transformador de força ("trafo") referente à segunda ocorrência do incidente da subestação coletoira que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III. O complexo retomou integralmente suas operações no 1º semestre de 2022. Em 20 de dezembro de 2022, houve o recebimento da indenização patrimonial, no valor de R\$ 101.802 referente ao acordo com a seguradora para encerramento do sinistro, sendo R\$ 8.396 referentes aos danos materiais registrados na rubrica de "imobilização", e R\$ 160 referentes ao ressarcimento de honorários com perito, ambos registrados na controlada Ventos de Santo Augusto VII, e o total de R\$ 93.245 referentes aos lucros cessantes, registrados nas controladas do complexo de Ventos do Araripe III, na rubrica de "Outras receitas e despesas" operacionais, líquidas". (b) Conclusão da entrada em operação comercial nos Complexos Ventos do Piauí II e III: Em dezembro de 2022 foi concluída em sua totalidade a entrada em operação comercial dos 93 aerogeradores, com capacidade instalada de 409 MWM, nos parques localizados nos estados do Piauí e Pernambuco. Abaixo os despachos emitidos pela ANEEL de liberação das unidades geradoras para início da operação em fase comercial:

Despacho ANEEL	Data	Unidade	Localização	Unidade Geradora e capacidade instalada	Fase da Operação
1.497	03/06/2022	Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	Curral Novo do Piauí - PI	UG1 a UG5 - 22.000 kW	Comercial
1.703	24/06/2022	Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	Curral Novo do Piauí - PI	UG1 a UG10 - 44.000 kW	Comercial
1.769	01/07/2022	Energias Renováveis S.A. Ventos de Santo Antero	Ouiricuri - PE	UG1 a UG10 - 44.000 kW	Comercial
1.879	13/07/2022	Energias Renováveis S.A. Ventos de Santo Antero	Araripina e Ouiricuri - PE	UG8 a UG11 - 17.600 kW	Comercial
1.990	25/07/2022	Energias Renováveis S.A. Ventos de Santo Alfredo	Araripina e Ouiricuri - PE	UG1 a UG7 - 30.800 kW	Comercial
2.240	15/08/2022	Energias Renováveis S.A. Ventos de Santo Apolinário	Curral Novo do Piauí - PI	UG1 a UG7 - 30.800 kW	Comercial
2.247	16/08/2022	Energias Renováveis S.A. Ventos de Santo Apolinário	Curral Novo do Piauí - PI	UG1 a UG8 - 13.200 kW	Comercial

(c) Conclusão do Plano de migração voluntária da controlada CESP: A migração voluntária dos beneficiários do plano de pensão mantido pela controlada CESP, etapa do equacionamento do déficit do plano de benefício definido, foi a oportunidade que os participantes tiveram de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido - BD, para o Plano CESP CD, sob a modalidade de plano de contribuição definida. Em dezembro de 2021 o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas, o Instituto Adecon, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, e o Sindicato dos Empregados na Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Município de Bauru/SP ingressaram com uma ação judicial (processo nº 1139986-11.2021.8.26.0100), visando suspender o processo de migração voluntária dos beneficiários. Em janeiro de 2022 foi proferida uma decisão provisória (tutela antecipada), suspendendo o processo de migração voluntária. Referida decisão foi parcialmente revogada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, após recurso interposto pela controlada CESP, sendo que o período de adesão foi encerrado em 24 de março de 2022. Em maio de 2022 processo foi sentenciado de forma favorável à controlada CESP, sendo rejeitadas todas as alegações trazidas pelos autores do caso, de forma que a migração seguiu seu processamento normal e foi efetivada em 01 de julho de 2022, com a conclusão do processo de migração voluntária do plano PSAP para o Plano CESP CD daqueles beneficiários que aderiram ao programa. Com a conclusão do processo, em 01 de julho de 2022, houve a migração de 1.208 participantes, o que corresponde a 17,6% de participantes que transferiram suas reservas do plano PSAP para o plano CD. Essa migração impactou em redução do passivo atuarial líquido de R\$ 326.163 naquela data, correspondente à parcela do saldo devedor que foi transferida para o plano CD, na mesma proporção das reservas matemáticas dos participantes que optaram pela migração. Em contrapartida, o valor a pagar atualizado pela Vivent na data de efetivação da migração foi de R\$ 306.015, instrumentalizado por meio de um novo acordo, cuja liquidação pela Companhia ocorreu de forma antecipada no dia 01 de agosto de 2022. Dessa forma, o valor de R\$ 20.148 gerado pela migração, referente à redução do custo do serviço passado, foi reconhecido no resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" e, no mesmo período, os respectivos efeitos tributários, conforme demonstrado na nota 26 (c). Com a migração parcial, foram eliminadas todas as obrigações futuras, legais ou construtivas, em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, com relação aos participantes migrados. (d) Aproveitamento do desenvolvimento dos Projetos

*continuação

houve a reversão de *impairment* dos ativos indenizáveis, no montante de R\$ 634.614 referente a baixa de ativos não indenizáveis de canal e eclusas, no montante de R\$ (248.724), e de terrenos e outros, no montante de R\$ (385.890) conforme demonstrado na Nota 13. Como fato subsequente ao exercício findo dessas demonstrações financeiras, em 10 de janeiro de 2023, foi proferida sentença de homologação judicial do referido acordo, sendo extinto o processo, com resolução de mérito. E, por fim, em 17 de janeiro de 2023, foi certificado o trânsito em julgado e o processo foi definitivamente arquivado.

1.1.2 Principais eventos societários: (a) Reorganização societária - consolidação de ativos de energia e listagem de ações no Novo Mercado, iniciada em 2021: Em 18 de outubro de 2021, a Votorantim S.A. e o CPP Investments anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3. Como parte do processo de reorganização, as empresas do grupo Votorantim: Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA"), Votorantim Cimentos S.A. ("Cimentos") e Nexa Resources ("Nexa") assumiram a gestão de seus ativos de autoprodução de energia que anteriormente estavam sob administração da Votorantim Energia ("VE"). A consolidação ocorreu por meio de duas etapas principais, Operação VTRM e Operação CESP, as quais detalhamos nos tópicos seguintes. **Operação VTRM: (b) Incorporação reversa da Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE"):** Em 03 de fevereiro de 2022 a Auren incorporou, de forma reversa, a sua então controladora em conjunto VGE, com efeito de extinção, e passou a deter os seguintes ativos após a incorporação: (i) Participação de 50% do capital social da Pinheiro Machado Participações S.A. ("Pinheiro Machado"), cujo ativo de geração inclui UHE Machado, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; (ii) Participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia Participações S.A. ("CBA Energia"), cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; (iii) Participação de 66,6667% do capital social da Pollarix S.A. ("Pollarix"), cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; e (iv) Participação de 100% do capital social da Auren Comercializadora de Energia Ltda. ("Auren Comercializadora"). Em consequência desta incorporação reversa, as 992.547.439 ações de emissão da Auren e de titularidade da VGE foram canceladas e substituídas por igual número de ações da Auren, e atribuídas à VSA, na qualidade de única acionista da VGE. Além disso, em razão dos ativos incorporados pela Auren, foram emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da Auren, também atribuídas à VSA ("Novas Ações Auren"). O valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos de VGE (excluindo o valor da participação detida pela VGE na Auren) foi de R\$ 2.772.913, e os valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos detidos pela VGE estão demonstrados abaixo:

	Valor
Aumento de capital na Auren com base nos ativos e passivos remanescentes da VGE na data de avaliação (i)	1.131.678
Valor justo econômico da VGE constituído como reserva de capital	1.540.542
Varição patrimonial entre a data de avaliação do laudo e a efetivação da operação (i)	100.693
Valor justo econômico da VGE (Nota 5(a))	2.772.913
Impostos diferidos passivos sobre mais-valia	(380.654)
Total de incremento no patrimônio líquido da Auren referente à incorporação reversa	2.392.259

(i) O montante de R\$ 1.131.678 referente aos ativos e passivos remanescentes da VGE na data de avaliação, acrescido do montante de R\$ 100.693 referente à variação patrimonial entre a data de avaliação do laudo e a efetivação da operação, totalizam R\$ 1.232.371, saldo do patrimônio líquido da VGE na data de efetivação da operação.

A seguir, o resumo dos valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos detidos pela VGE:

	31/1/2022
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	24.994
Dividendos a receber	65.298
Outros ativos circulantes	4.845
	95.137
Não circulante	
Investimentos	
CBA Energia Participações S.A.	221.726
Pollarix S.A.	248.073
Pinheiro Machado Participações S.A.	13.051
Auren Comercializadora Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	122.230
Ágios de investimentos	
CBA Energia Participações S.A.	316.248
Pollarix S.A.	231.135
Outros ativos não circulantes	4.864
Imobilizado	625
Intangível	207
Arrendamentos	1.815
	1.159.974
Total do ativo	1.255.111
	31/1/2022
Passivo	
Circulante	
Outros passivos circulantes	13.614
	13.614
Não circulante	
Outros passivos não circulantes	9.126
	9.126
Total do passivo	22.740
Total do patrimônio líquido	1.232.371
Total do passivo	1.255.111

(c) **Aporte de capital pelo CPP Investments:** Ainda em 03 de fevereiro de 2022 houve aumento de capital social da Auren no montante R\$ 1.500.000, com a emissão de 365.803.013 novas ações, totalmente subscritas e integralizadas pelo CPP Investments. (d) **Registro da Auren como companhia aberta e listagem no Novo Mercado:** Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia obteve o registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM e teve deferido o pedido de listagem na B3, com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado. **Operação Companhia Energética de São Paulo ("CESP"):** (e) **Proposta de incorporação de ações da CESP pela Auren:** Como ato subsequente à abertura de capital, e de modo a permitir que os acionistas não controladores da CESP participassem da Auren, foi apresentada uma proposta para a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela Auren, e consequente atribuição aos demais acionistas da CESP dessas novas ações. Em 21 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da controlada CESP aprovou a criação de um Comitê Especial Independente CESP ("Comitê"), que, observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da CVM nº 35, teve por função negociar a operação de reorganização societária proposta de forma não vinculante pela VSA e pelo CPP Investments para a incorporação da totalidade das ações de emissão da controlada CESP pela Auren. O Comitê concluiu junto à Administração da Auren as negociações da relação de troca das ações de emissão da CESP por ações de emissão da Auren no âmbito da incorporação de ações da CESP ("Relação de Substituição"), e submeteu, em 07 de janeiro de 2022, ao Conselho de Administração da CESP a recomendação acordada, de forma unânime, após os membros do Comitê para a relação de substituição. A relação de substituição foi livremente negociada entre a Administração da Auren e o Comitê e incluiu as seguintes premissas: (i) o valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos da VGE a serem contribuídos na Auren - excluindo o valor da participação detida pela VGE na Auren - foi de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões; (ii) os recursos em dinheiro a serem contribuídos pelo CPP Investments na Auren foi de R\$ 1,5 bilhão; (iii) o valor econômico (*equity value*) atribuído à Auren - sem considerar a participação detida pela Auren na CESP e os efeitos da operação - foi de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões; (iv) o valor econômico (*equity value*) atribuído à controlada CESP foi de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões, equivalente a aproximadamente R\$ 27,93 por ação (independentemente da classe ou espécie e desconsideradas as ações em tesouraria); (v) para determinação dos valores econômicos (*equity value*) indicados acima, foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2021 e utilizou-se a metodologia de fluxo de caixa descontado; e (vi) o valor das ações preferenciais resgatáveis no âmbito da incorporação de ações da CESP, no valor por ação da Companhia de R\$ 0,40 e no valor total de aproximadamente R\$ 78,5 milhões, considera a estimativa dos valores dos tributos a serem retidos, pela Auren, dos investidores não residentes por força da operação. Assumindo as premissas acima e considerando a Relação de Substituição aprovada pelo Comitê e pelo Conselho de Administração da CESP, na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores da CESP, receberam, para cada uma ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe: (i) 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren; e (ii) 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren, compulsoriamente resgatáveis. Como a reorganização societária contemplou a entrega, aos acionistas não controladores da controlada CESP, de 4.405.478 ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis da Auren, com base na relação de substituição e considerando o referido no valor total de R\$ 78.547, a Auren passou a ter a seguinte estrutura societária (antes do grupamento das ações descritas no item "f" abaixo):

	Quantidade de ações	Participação
VSA	1.605.422.350	37,74%
CPP Investments	1.358.350.459	31,93%
Outros acionistas	1.289.736.569	30,33%
Total	4.253.509.378	100,00%

Em 15 de fevereiro de 2022 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da controlada CESP, tendo sido aprovada a realização da incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP por sua controladora Auren, excluídas as ações de titularidade da Auren, que estavam em tesouraria da CESP ou que eram objeto do exercício do direito de retirada dos acionistas da CESP ("Incorporação de Ações"), no contexto da reorganização societária. A incorporação de Ações foi realizada nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da CESP - Companhia Energética de São Paulo pela Auren Energia Participações S.A." ("Protocolo e Justificação"), celebrado entre CESP e a Auren. Com a implementação da Incorporação de Ações, a controlada CESP passou a ser subsidiária integral da Auren, com todas as ações de sua emissão detidas pela Auren, e os acionistas da controlada CESP receberam, em substituição às ações incorporadas de emissão da controlada CESP de sua titularidade, conforme descrito anteriormente, sendo que as ações preferenciais resgatáveis foram compulsória e imediatamente resgatadas na data do fechamento (25 de março de 2022), com o pagamento em dinheiro aos acionistas realizado em 7 de abril de 2022. Com a incorporação das ações da controlada CESP, em 23 de março de 2022, houve aumento de capital no montante de R\$ 307.623, com a emissão de 307.622.529 ações da Auren, sendo 303.217.051 ações ordinárias e 4.405.478 ações preferenciais, que foram imediatamente resgatadas, além da constituição de reserva de capital no montante de R\$ 4.442.608, referente ao valor econômico da CESP baseado na avaliação do Comitê Independente (Nota 5(b)), ajustado pelos dividendos mínimos obrigatórios destacados referentes ao exercício de 2021 aos acionistas não controladores antes da efetivação dessa etapa de incorporação das ações pela Auren e ao resgate de ações dos não controladores. A composição da incorporação das ações CESP está demonstrada a seguir:

	Valor
Aumento de capital social - emissão de novas ações	307.623
Constituição de reserva de capital referente à participação dos não controladores da CESP	4.248.920
Dividendos mínimos obrigatórios destacados referentes ao exercício de 2021 - não controladores CESP	235.452
Constituição de reserva de capital na Auren referente à mais-valia de imobilizado	37.383
Resgate de ações dos não controladores	(78.547)
	4.442.608
	4.750.231

(f) **Grupamento de ações:** Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022, foi ratificado o grupamento de ações da Auren, uma das condições suspensivas previstas nos termos do Protocolo e Justificação, proposto na AGE realizada em 15 de fevereiro de 2022, de modo que cada 4,253509378 ações da Auren fossem agrupadas em uma ação, sem alteração da cifra do capital social da Auren. Com isso, o capital social da Auren passou a ser composto por 696.782.949 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Como consequência, em lugar da quantidade mencionada no item anterior, os acionistas não controladores da CESP receberam, para cada uma ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe: (i) 1,544114302635 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren; (ii) 0,022434625149 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren, compulsoriamente resgatáveis. Após o grupamento das ações, a Auren passou a ter a seguinte estrutura societária:

	Quantidade de ações	Participação
VSA	377.434.774	37,74%
CPP Investments	319.348.175	31,93%
Outros acionistas	303.217.051	30,33%
Total	1.000.000.000	100,00%

(g) **Resgate de Ações Preferenciais da CESP e direito de retirada pelos acionistas não controladores:** Considerando a relação de substituição proposta e aprovada em AGE da CESP a respeito da incorporação de ações da mesma pela Auren, foi assegurado aos acionistas da CESP que não tivessem aprovado a Incorporação de Ações, seja por rejeição, abstenção ou não comparecimento à AGE, o direito de se retirar da Companhia, nos termos dos artigos 137, 252 - § 2º e 264 - § 3º, da Lei 6.404/76. Os acionistas puderam exercer o direito de retirada em relação à totalidade ou parte das ações de emissão da CESP, das quais, comprovadamente, eram titulares, sob pena de decadência, no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da AGE, ou seja, até dia 18 de março de 2022. Encerrado esse prazo de 30 dias, a Companhia apurou que nenhum acionista exerceu o direito de retirada, e, consequentemente, nenhum valor é devido pela Companhia a título de reembolso. A Companhia realizou, contra a conta de reserva de capital, o resgate automático e compulsório da totalidade das ações preferenciais resgatáveis emitidas contra os acionistas não controladores da CESP, no montante de R\$ 78.547. O pagamento ocorreu no dia 07 de abril de 2022, no montante de R\$ 78.537, sendo R\$ 59.838 referentes ao principal, R\$ 18.699 referentes ao imposto de renda retido na fonte, de responsabilidade dos acionistas. (h) **Alienação de participação de investidas da Auren à Votorantim Cimentos S.A. ("Cimentos"):** Em 04 de março de 2022, após o cumprimento de condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 28 de dezembro de 2020, e aditado em 27 de setembro de 2021, a Companhia concretizou, via Acordo de Acionistas ("AA") junto à Cimentos, a alienação da participação da investida Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A., no percentual de 49%, referente a 982.322.173 ações ONB com direito a voto, pelo valor total de R\$ 44.360. Dessa forma, a Companhia permanece com o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual continuará registrando a equivalência patrimonial de 100% do resultado da investida (Nota 14 (a)). Adicionalmente, o Acordo de Acionistas prevê à Companhia uma opção de compra para adquirir a totalidade das ações da Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A., podendo exercê-la de forma unilateral antes do término do período de 10 anos em determinadas hipóteses e por preço determinado nesse mesmo acordo. A operação tem por objetivo o fomento de capital a Cimentos de 55,45 MW médios de energia elétrica por um período de 10 anos. O saldo a receber, em razão da alienação das ações, será recebido em 4 parcelas iguais e anuais a partir de janeiro de 2023, e o saldo a pagar pela opção de compra futura, será liquidado em parcela única. Ambos os saldos estão registrados a valor presente e foram calculados por uma taxa de desconto livre de risco, baseada na inflação projetada para o exercício. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo circulante relacionado a essa operação é de R\$ 13.483, o saldo do ativo não circulante é de R\$ 36.195, e o saldo do passivo não circulante é de R\$ 366.667, ambos líquidos do ajuste a valor presente, conforme apresentado na nota 27 - Partes relacionadas. (i) **Movimentação de capital em controladas e coligadas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas movimentações de capital social das controladas, via transferências bancárias e de ativos, principalmente por necessidade de caixa para desenvolvimento dos projetos, conforme tabela a seguir:

	Data	Valor integralizado
Controladas		
Via transferências bancárias		
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	25/01/2022	42.000
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	25/01/2022	4.000
Hélio IV Geração de Energia Ltda.	25/01/2022	100
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	08/02/2022	53.300
Jaiba V Holding S.A.	09/02/2022	13.000
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	16/05/2022	7.200
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	16/05/2022	5.217
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	16/05/2022	3.784
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	29/06/2022	14.500
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	3.495
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	9.847
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	9.756
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	31.146
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	2.500
Sol Do Piauí Geração de Energia Ltda.	29/06/2022	6.100
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	19/07/2022	2.000
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	19/07/2022	2.500
Hélio IV Geração de Energia Ltda.	29/07/2022	6.000
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	01/08/2022	3.000
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	10/08/2022	2.500
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	10/08/2022	1.000
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	10/08/2022	1.500
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	01/09/2022	54.000
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	14/09/2022	2.000
Ventos de Santos Estevão Holding S.A.	04/10/2022	2.500
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	14/10/2022	2.000
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	14/10/2022	6.000
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	14/10/2022	7.500
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	17/10/2022	2.500
Jaiba V Holding S.A.	26/10/2022	130.000
CBA Energia Participações S.A.	04/11/2022	16.421
Pollarix S.A.	14/11/2022	14.487
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	16/11/2022	20.000
Jaiba V Holding S.A.	30/11/2022	312.500
Pinheiro Machado Participações S.A.	22/12/2022	3.614
		809.367
Via transferência de ativos		
Hélio IV Geração de Energia Ltda.	29/07/2022	11.920

(j) **Distribuição de dividendos complementares:** Em 11 de abril de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos complementares pela Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, na seguinte forma: (i) no montante de R\$ 41.850 e, correspondentes ao lucro retido ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 (reserva de investimentos) equivalentes a R\$ 0,041850 por ação; e (ii) no montante de R\$ 44.198, a ser pago com a utilização de parte do saldo existente na reserva de retenção de lucros constituída em exercícios anteriores ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalentes a R\$ 0,044198 por ação. Os dividendos complementares acima indicados nos itens, somados aos dividendos mínimos obrigatórios da Companhia, no montante de R\$ 13.952, equivalente a R\$ 0,013952 por ação, correspondente a 25%

do lucro líquido ajustado do exercício de 2021, aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 25 de março de 2022, e submetido à deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2022, perfazem um montante total de dividendos a pagar de R\$ 100.000, equivalentes a R\$ 0,10 por ação. Tiveram direito ao recebimento de dividendos as pessoas que se encontravam inscritas como acionistas da Companhia na data-base de 03 de maio de 2022, respeitadas as negociações realizadas até essa data. A Companhia realizou o pagamento dos dividendos mencionados em 19 de maio de 2022, no montante de R\$ 99.987. (k) **Aquisição de investimento - Aquarela:** Em 6 de junho de 2022 a controlada Auren Comercializadora (nota 1.1.2 (m)), realizou seu segundo investimento em tecnologia e inteligência de dados associados à comercialização de produtos e soluções em energia, e celebrou o contrato de compra e venda de ações para aquisição de 28,27% de participação na empresa Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A. ("Aquarela"), com a subscrição de 125.735 novas ações preferenciais, aquisição de 29.063 ações ordinárias (as quais foram convertidas em ações preferenciais na data de conclusão do investimento) e 56.180 ações preferenciais. A Aquarela é uma *scale up* referência no Brasil em *advanced analytics* e na aplicação de inteligência artificial em empresas de grande porte, nacionais e globais, em diversos setores, e tem como propósito simplificar os dados complexos de forma inovadora. A aquisição permitirá à Auren Comercializadora ampliar o uso de *analytics / big data* no desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções em energia para os clientes do mercado livre. A transação foi concluída em 05 de agosto de 2022, com pagamento via transferência bancária no montante de R\$ 9.858, após cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais, bem como obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

	Aquarela
Patrimônio líquido na data de aquisição	6.024
Percentual adquirido	28,27%
Investimento sobre o patrimônio líquido da Aquarela	1.703
Ágio de ativos e passivos identificado no laudo de avaliação independente - Parcela não alocada (<i>Goodwill</i>) (Nota 14 (a))	8.155
Valor pago na aquisição da Aquarela	9.858
Equivalência do período (Nota 14 (a))	(9.859)
Valor do investimento em 31/12/2022	9.259

(l) **Movimentação de dividendos a receber de investidas**

Controladas	Dividendos				Provisionados em 2022		
	Provisionados em 2021 (i)	obrigatórios (ii) Troca de ações (ii)	Adicionais deliberados	Intercalares deliberados		Recebidos	Obrigatórios
CESP Companhia Energética de São Paulo (ii)	153.927	235.452	-	-	-	581.071	970.450
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	83.347	83.347
Pollarix S.A. (iii)	35.861	-	73.515	16.622	(125.998)	25.883	25.883
CBA Energia Participações S.A. (iv)	29.386	-	67.535	-	(95.612)	18.999	20.308
Pinheiro Machado Participações S.A. (v)	-	-	-	13.432	(13.432)	-	-
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A. (vi)	6.271	-	-	-	(6.252)	7.895	7.914
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	764	-	-	-	-	-	764
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	47	47
MRTV Energia S.A.	-	-	-	-	-	10	10
Saldo Final	226.209	235.452	141.050	30.054	(241.294)	717.252	1.108.723

(i) **Provisionados em 2021:** O saldo de dividendos provisionados em 2021 referente às investidas CBA Energia e Pollarix, envolve as provisões de pagamento para a VGE, antes da reorganização societária. Com a incorporação reversa ocorrida em 03 de fevereiro de 2022, os saldos foram destinados a Auren (Nota 1.1.2 (b)). (ii) **CESP:** Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos mínimos obrigatórios pela controlada CESP, no montante de R\$ 389.379, sendo a mesma data de "ex dividendos". Dessa forma, conforme descrito no item 1.1.2 (e), os dividendos que haviam sido destacados para os não controladores em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 235.452, passaram a ser devidos para a Companhia, sendo a única acionista da controlada CESP. Em 19 de dezembro de 2022, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado a postergação do pagamento dos dividendos passando para até 31 de dezembro de 2023. (iii) **Pollarix:** Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais pela investida, no montante de R\$ 102.921. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 25%, referente à participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 73.515. Em 27 de maio, 28 de setembro, 4 de novembro e 27 de dezembro de 2022, foram recebidos dividendos no montante de R\$ 109.376, sendo R\$ 35.861 referente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 73.515 referente aos dividendos adicionais. Em 27 de dezembro de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos intercalares de 2022 pela investida, no montante de R\$ 23.271. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 25%, referente à participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 16.622, o qual foi liquidado na mesma data. Em 31 de dezembro de 2022, foram provisionados, a título de dividendos obrigatórios, conforme regras de desproporcionalidade de distribuição dos dividendos, o montante de R\$ 25.883, o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida. (iv) **CBA Energia:** Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais pela investida, no montante de R\$ 98.232 a serem liquidados até 31 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 10%, referente a participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 67.535. Em 15 de junho, 4 de novembro e 21 de dezembro de 2022 foram recebidos dividendos no montante de R\$ 95.612, sendo R\$ 22.511 referente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 73.101 referente aos dividendos adicionais. Em 31 de dezembro de 2022, foram provisionados, a título de dividendos obrigatórios, conforme regras de desproporcionalidade de distribuição dos dividendos, o montante de R\$ 18.999, o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida. (v) **Pinheiro Machado:** Em 30 de novembro de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos intercalares de 2022 pela investida, no montante de R\$ 22.386. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 50%, referente a participação de 50%, das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 13.432, o qual foi liquidado em 14 de dezembro de 2022. (vi) **Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.:** Em 21 de novembro de 2022 foram recebidos dividendos no montante de R\$ 6.252, referente aos dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2022, foram provisionados, a título de dividendos obrigatórios, o montante de R\$ 7.895, o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida. (m) **Alteração de denominação social - Auren Comercializadora:** Em 28 de junho de 2022, com a finalidade de padronizar as governanças da Votener Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener") e Auren, houve a alteração do contrato social da Votener. Dentre as mudanças, ocorreu a alteração da sua denominação social para Auren Comercializadora de Energia Ltda. ("Auren Comercializadora"). (n) **Aquisição de investimento - Flora Energia:** Em 26 de outubro de 2022 a controlada Auren Comercializadora realizou seu terceiro investimento em empresas de inovação, tecnologia e ciência de dados, e celebrou o contrato de investimento e subscrição de ações, por meio do qual foi realizada

→continuação

Notas explicativas da Auren Energia S.A.							
	2022		2021				
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante	Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
Geração solar							
Jaiba V Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding
Jaiba C Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CN Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CS Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba S Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
SF401 Participações Sociárias S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding
Outros							Comercialização de energia elétrica
MRTV Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Hélios I Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios V Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 1 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 2 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 3 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 4 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 5 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 6 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 7 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 8 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 9 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica

(I) Nos exercícios findos em 2022 e 2021, a Companhia realizou operações de alienação de participação societária das investidas São Adeodato, Santa Albertina, Santo Anselmo, Santo Angelo e Santo Isidoro, para as quais há cláusulas contratuais que garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidadas em 100%.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: 3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 27 - Imobilizado	Prover guidance para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 15 - Combinação de negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: (I) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (II) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de não divulgar um exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (III) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (IV) AS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis. **3.2 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 50 - Contratos de seguros	Adoção inicial.
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint entre investidor e suas coligadas.

A Companhia e suas controladas estão analisando as emendas às normas contábeis mencionadas acima a fim de avaliar possíveis impactos em suas políticas operacionais e contábeis. Em relação à análise sobre o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, em consonância com o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (CPC 22), a análise dos impactos referente às incertezas está detalhada na Nota 20. **4. Apresentação de informações por segmento de negócio:** A Companhia divulga informações financeiras por segmentos operacionais, utilizados para tomada de decisão, os quais são segregados pelas seguintes linhas de áreas de atuação: 1. Geração eólica (complexos eólicos de Ventos do Piauí I, II e III e Ventos de Araripe III); 2. Geração hídrica (CESP Geradora e outros ativos hídricos nos quais a Companhia possui participação societária); 3. Comercialização (Auren Comercializadora e CESP Comercializadora); e 4. *Holding e Pipeline* (Auren e demais projetos em fase de estruturação e construção: geração solar e outros, empresas demonstradas na nota 2.5 (d)). **(a) Demonstração do resultado e Ebitda (não auditado) - Por segmento de negócio:**

	2022					
	Geração eólica	Geração hídrica	Comercialização	Holding + Pipeline	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	550.751	1.705.142	4.126.316	—	(866.503)	5.515.706
Custos de energia elétrica e operação	(321.241)	(965.996)	(3.950.889)	—	866.503	(4.372.623)
Lucro bruto	229.510	739.146	174.427	—	—	1.143.083
Despesas gerais e administrativas	(11.645)	(107.085)	(120.032)	(131.634)	—	(370.396)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	91.739	324.175	554.143	(43.761)	(438.577)	487.719
Lucro (prejuízo) operacional	309.604	956.236	608.538	(175.395)	(438.577)	1.260.406
Depreciação, amortização e amortização de mais valia	165.570	403.911	2.151	43.926	—	615.558
Provisão para litígios	—	(59.519)	—	—	—	(59.519)
Baixa depósitos judiciais	—	2.486	—	—	—	2.486
Dividendos recebidos	—	235.042	—	—	—	235.042
Ganho pela migração benefícios pós-emprego	—	(20.148)	—	—	—	(20.148)
Reversão de impairment de ativo imobilizado e intangível	—	(230.924)	—	—	—	(230.924)
EBITDA Ajustado (não auditado)	475.174	1.038.360	610.689	(131.469)	(438.577)	1.802.901
Depreciação, amortização e amortização de mais valia	—	—	—	—	(615.558)	—
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais	—	—	—	—	73.063	—
Equivalência patrimonial	—	—	—	—	130.659	—
Resultado financeiro líquido	—	—	—	—	1.662.275	—
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—	(374.726)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	2.678.614	—

	2021					
	Geração eólica	Geração hídrica	Comercialização	Holding + Pipeline	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	331.301	1.512.972	1.092.771	—	(312.930)	2.624.114
Custos de energia elétrica e operação	(243.799)	(987.316)	(1.093.226)	—	312.930	(2.011.411)
Repactuação do risco hidrológico	—	781.974	—	—	—	781.974
Lucro (prejuízo) bruto	87.502	1.307.630	(455)	—	—	1.394.677
Despesas gerais e administrativas	(8.133)	(115.041)	(10.388)	(35.035)	—	(168.597)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	124.594	13.266	(4.061)	—	133.821
Lucro (prejuízo) operacional	79.391	1.317.183	2.423	(39.096)	—	1.359.901
Depreciação, amortização e amortização de mais valia	134.383	420.800	208	38.563	—	593.954
Repactuação do risco hidrológico	—	(781.974)	—	—	—	(781.974)
Reversão de provisão para litígios	—	(425.693)	—	—	—	(425.693)
Baixa depósitos judiciais	—	60.256	—	—	—	60.256
Reversão de impairment de ativo imobilizado e intangível	—	248.520	—	—	—	248.520
EBITDA Ajustado (não auditado)	213.774	839.092	2.631	(533)	—	1.054.964
Depreciação, amortização e amortização de mais valia	—	—	—	—	(593.954)	—
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais	—	—	—	—	898.891	—
Resultado financeiro líquido	—	—	—	—	(767.047)	—
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—	(281.208)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	311.646	—

(I) As empresas VGE e CESP, antes da formação da Auren, detinham individualmente contratos de compra e venda de energia nas suas respectivas comercializadoras e seus ativos de geração. Em 2022, a Auren se reestruturou no segmento de Comercialização com o objetivo de consolidar esses contratos na Auren Comercializadora. Neste contexto, as seguintes iniciativas foram implementadas: 1. Transferência da totalidade dos contratos de compra e venda de energia futura com terceiros (exceto transações com restrições contratuais ou regulatórias) dos ativos de geração para a Auren Comercializadora. 2. Criação de contratos *intercompany* de venda da energia excedente entre os segmentos de geração e de comercialização com o objetivo de equalizar o balanço energético da Companhia. Essa consolidação trouxe oportunidades para simplificar a gestão destes contratos, segregando os perfis de risco e retorno dos negócios de geração e comercialização, e capturar as sinergias relevantes na otimização deste portfólio. A Auren Comercializadora tem como política contábil classificar seus contratos de compra e venda futura de energia com terceiros e *intercompany* como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (marcação a mercado). Como consequência, foi registrado um ganho de R\$ 438.577 em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no segmento de Comercialização proveniente do efeito da marcação a mercado desses contratos *intercompany*, a partir de setembro de 2022, os quais foram eliminados no resultado consolidado. Considerando também que, as políticas contábeis da Companhia, do ponto de vista de Demonstrações Financeiras Consolidadas Auren se mantêm as mesmas, essa consolidação de contratos não trouxe nenhum efeito no resultado consolidado. Ou seja, os contratos de compra e venda de energia futura continuam sendo classificados conforme sua classificação inicial: **Contratos de "wholesale"**: são contratos classificados fora do alcance do CPC 48 uma vez que continuam a ser mantidos para fins de recebimento ou entrega de item não financeiro, e não são marcados a mercado, e **Contratos de "trading"**: são contratos classificados dentro do alcance do CPC 48, e são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo. Visando refletir esse cenário, o ajuste na coluna Eliminações no valor de R\$ 438.576 do segmentado está relacionado a eliminação deste efeito. No resultado consolidado, o efeito de marcação a mercado que permanece, refere-se à atividade de *trading*. **5. Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição no momento da transferência de controle para a Companhia. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos, visando a identificação de eventuais ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou ganhos por compra vantajosa. De acordo com o CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, a Companhia mensura o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos no momento das combinações de negócios realizadas no exercício, com apoio de consultorias externas. Ainda de acordo essa norma, quando a contabilização inicial de combinação de negócios estiver incompleta no final do período de divulgação em que a combinação ocorrer, o adquirente deve, em suas demonstrações contábeis, reportar os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, o adquirente também deve reconhecer os ativos ou os passivos adicionais quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos naquela data. O período de mensuração termina assim que o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano a partir da aquisição, **(a) Incorporação reversa VGE:** Conforme descrito no item 1.1.2 (b), em 03 de fevereiro de 2022 a Auren incorporou de forma reversa a VGE, assumindo os seus ativos e passivos remanescentes, assim como passou a deter a participação nas empresas Pinheiro Machado, CBA Energia, Pollarix e Auren Comercializadora. Seguindo o requerido pelo IFRS 3/CPC 15 (R1), a VSA solicitou a um avaliador independente a avaliação dos valores justos dos ativos que eram de propriedade da VGE na data da operação. Abaixo, segue a abertura dos valores identificados por avaliador independente emitido através de laudo que foram reconhecidos como reserva de capital na Auren e o valor remanescente de patrimônio líquido a valor contábil que foi reconhecido como capital social:

	Valor justo avaliado	Impostos diferidos	Valor líquido
Valor justo econômico da VGE			
Mais Valia CBA Energia	259.114	(88.099)	171.015
Mais Valia Pollarix	738.226	(250.997)	487.229
Mais Valia Pinheiro Machado	122.233	(41.558)	80.675
	1.119.573	(380.654)	738.919
Ágio da Auren Comercializadora	420.969	—	420.969
Valor justo econômico da VGE, líquido de impostos	1.540.542	(380.654)	1.159.888
Patrimônio líquido a valor contábil remanescente da VGE	1.131.678	—	1.131.678
Variação patrimonial entre data da avaliação e aumento de capital	100.693	—	100.693
Total de incremento patrimônio líquido da Auren	2.772.913	(380.654)	2.392.259

Nas Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais divulgadas ao longo dos trimestres de 2022, os valores correspondentes ao reconhecimento de mais valia referente ao direito de concessão de investimentos hídricos foram apresentados na Nota explicativa 16 - Intangível. Contudo, a Companhia reavaliou essa alocação e entendeu que por se tratar de investimentos em empresas coligadas, as quais não são incluídas na consolidação, o ajuste à valor justo desses ativos, no montante de R\$ 1.119.573, fosse realocado para Nota explicativa 14 - Investimentos, para uma melhor apresentação. Os valores de mais valia reconhecidos estão sendo amortizados seguindo o prazo de concessão de cada usina nas quais as coligadas acima possuem participação. **Premissas utilizadas na mensuração a valor justo na alocação do preço de compra:** A avaliação econômico-financeira dos ativos da VGE foi baseada no método do fluxo de caixa descontado ("DCF"), na data-base de 31 de dezembro de 2021, sendo atualizada para 31 de janeiro de 2022 para fins da incorporação reversa ocorrida em 03 de fevereiro de 2022. Os fluxos de caixa livres para a firma ("FCFF") foram descontados a valor presente pelo custo médio ponderado do capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC) de cada investimento que varia entre 14,3% e 10,1% e deduzidos de ativos e passivos não-operacionais na data-base.

Investimento	Premissas utilizadas para a avaliação da receita
Auren Comercializadora	Volume: projeção calculada até o ano de 2037, prazo máximo dos contratos existentes. Preço médio: para os contratos existentes foi utilizado o preço médio ponderado dos contratos, para os novos a curva média da DCIDE acrescida de R\$ 6,65 / MWh.
CBA Energia	Volume: projeção calculada a partir da garantia física até março de 2040, prazo final de 2028. Preço médio: para os anos de 2021 a 2027 com base em contratos já firmados e a partir de 2028 com base na curva média da DCIDE, acrescido de IPCA.
Pollarix	Volume: projeção calculada a partir da garantia física até novembro de 2042, prazo final de concessão. Preço médio: para os anos de 2021 a 2032 com base em contratos já firmados e a partir de 2033 com base na curva média da DCIDE, acrescido de IPCA.
Pinheiro Machado	Volume: projeção calculada a partir da garantia física até novembro de 2032, prazo final de concessão. Preço médio: para os anos de 2021 a 2027 com base em contratos já firmados e a partir de 2028 com base na curva média da DCIDE, acrescido de IPCA.

Item	Premissa utilizada para a avaliação dos investimentos
Impostos	Para todos os investimentos: IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais acumulados; Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): - PIS/COFINS: 9,25% Encargos setoriais (TFSEE, P&D e CFURH).
Depreciação	Para todos os investimentos: Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear.
Capex	Para todos os investimentos: O capex projetado foi considerado apenas o investimento necessário para a manutenção dos ativos. Para todos os investimentos: Foram projetados e segregados entre custos e despesas fixas e variáveis conforme o histórico médio de cada ativo acrescido de IPCA.
Opex	

(b) Incorporação de ações CESP: Em 15 de fevereiro de 2022, conforme descrito no item 1.1.2 (d), foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da controladora CESP ("AGE"). No processo da incorporação de ações o Comitê realizou uma análise de avaliação do valor econômico da CESP, resultando em um patrimônio líquido de R\$ 9.142.189, com data de avaliação de 31 de dezembro de 2021. A participação dos não controladores da CESP era de 59,9942%, o que corresponde ao valor econômico no montante de R\$ 5.484.783. A diferença entre o saldo contábil do patrimônio líquido da CESP, na data da efetivação da operação, para o valor econômico constituiu-se o ágio em transação de capital, conforme composição a seguir:

	Valor
Valor justo econômico da CESP avaliado pelo Comitê Independente	9.142.189
Valor justo econômico da CESP - participação dos não controladores 59,9942%	5.484.783
Ágio em transação de capital	3.657.406
Participação dos não controladores da CESP reconhecidos no investimento da Auren	4.791.395
Constituição de reserva de capital na Auren referente mais-valia de imobilizado oriundo da aquisição em 2018	56.641
Impostos diferidos sobre mais-valia de imobilizado oriundo da aquisição em 2018	(19.258)
Constituição de reserva de capital na Auren referente mais-valia de imobilizado	37.383
Valor por ação	

→continuação

		Notas explicativas da Auren Energia S.A.			
		Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Caixa					
Caixa e bancos		26.524	24.520	170	54
		26.524	24.520	170	54
Equivalentes de caixa					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs		1.789.167	1.251.551	828.529	324.943
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs		-	49.085	-	-
Operações compromissadas		-	35.020	-	-
Quotas de fundos de investimento (b)		1.310.268	235.642	222.267	58.152
		3.099.435	1.571.298	1.050.796	383.095
		3.125.959	1.595.818	1.050.966	383.149
Caixa e equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras					
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs		105.347	77.751	-	-
		105.347	77.751	-	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)					
Circulante		6.840	6.153	-	-
Não circulante		147.293	100.048	-	-
		154.133	106.201	-	-
		3.385.439	1.779.770	1.050.966	383.149

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 99% e 104% do CDI (97,95% e 102,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021). (i) Os empréstimos e financiamentos das controladas de Piauí I, Piauí II (exceto Santo Angelo, Santo Anselmo e Santo Isidoro), Piauí III (exceto São João Paulo II) e Araripe III exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva com garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida. (b) **Quotas de fundo de investimento:** As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim e ao Fundo Aquilae. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 100,31% CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

		Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Quotas de fundos de investimento		772.897	6.510	124.210	6.510
Operações compromissadas		537.371	129.132	98.057	51.642
Títulos públicos		1.310.268	235.642	222.267	58.152

9.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros: A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva:

		Consolidado		Controladora	
		Rating local	Rating local	2022	2021
		2022	2021	2022	2021
AAA		3.282.901	1.663.551	948.780	383.145
AA		-	29.700	-	-
AA		102.524	86.510	102.186	4
Sem rating		14	9	-	-
		3.385.439	1.779.770	1.050.966	383.149

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas. **10. Contas a receber de clientes: Política contábil:** Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Mensalmente, a área de Planejamento e Gestão Financeira da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas. **Operações de trading:** representados por contas a receber com terceiros no mercado ativo de comercialização de energia no mercado livre. **Contratos bilaterais:** representados por contas a receber de consumidores industriais e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre. **Leilões de Energia Hídrica:** representados por contas a receber de geração hídrica às distribuidoras no âmbito de contratos firmados no ambiente regulado, conforme participação em leilões. **Leilões de Energia Eólica:** representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, nos leilões de LEN e LER. **Energia de curto prazo - CCEE:** o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao PLD, podendo representar um valor a receber ou a pagar. Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

a) Composição:

		Consolidado	
		2022	2021
Operações de trading		217.145	41.054
Contratos bilaterais		140.463	83.303
Partes relacionadas (Nota 27)		114.689	11.171
Leilões de Energia Hídrica		71.962	62.398
Leilões de Energia Eólica		58.245	118.007
Energia de curto prazo - CCEE		15.356	12.698
		617.860	328.631

b) Vencimentos de contas a receber:

		Consolidado	
		2022	2021
A vencer		612.693	326.894
Vencidos até 3 meses		2.540	1.737
Vencidos acima de 6 meses		2.628	-
		617.860	328.631

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes. **11. Ativos indenizáveis pela União:** Conforme mencionado no item 1.1.1 (e), a controlada CESP celebrou acordo judicial com a União Federal, o qual prevê o recebimento da indenização dos ativos sujeitos à indenização referente à Usina Três Irmãos, sendo a forma de recebimento em 84 parcelas mensais e consecutivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante ("SAC"), com o início de pagamento da primeira parcela até 15 de outubro de 2023. Diante do acordo, houve a reclassificação do saldo de ativos sujeito à indenização (Nota 13 (a)), além do reconhecimento da atualização monetária e constituição de ajuste a valor presente, conforme demonstrado abaixo:

		Consolidado	
		2022	2021
Ativos indenizáveis pela União - acordo Três Irmãos		1.717.362	-
Reclassificação de ativos sujeito à indenização (Nota 13)		2.421.617	-
Atualização de acordo de ativos indenizáveis (Nota 8) (i)		(231.822)	-
Constituição de ajuste a valor presente sobre valores a receber (Nota 8) (ii)		1.860	-
Realização de ajuste a valor presente (Nota 8)		3.909.017	-
		161.856	-
		3.747.161	-
		3.909.017	-

(i) A atualização do acordo se deu com base na SELIC, desde a data que foi entregue à concessão, em 15 de junho de 2012 até a data do acordo em 07 de dezembro de 2022, sendo a taxa acumulada de 138,94%, no montante de R\$ 2.386.044. Além disso, houve a atualização do saldo a receber até o final do exercício em 31 de dezembro de 2022, utilizando a taxa SELIC do período, no montante de R\$ 35.573, totalizando a R\$ 2.421.617. (ii) A constituição de ajuste a valor presente sobre os ativos indenizáveis pela União se deu com a taxa de CDI + 1,70% tendo como taxa referencial as taxas praticadas pelo mercado. **12. Cauções e depósitos judiciais: Política contábil:** Referem-se a garantias prestadas vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelos seus valores históricos acrescidos de atualização monetária e são relacionados com a provisão para litígios (Nota 24).

		Consolidado		2022		2021	
		Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Outros depósitos	Cauções (i)	Total
Saldo no início do exercício		161.273	19.533	13.273	16	1.873	195.968
Adições		840	6.497	22	45	1.236	8.640
Atualizações (Nota 8)		11.299	2.152	417	6	13.907	18.789
Convertidos/Levantados		(18.862)	(16.875)	(6)	(40)	(650)	(37.433)
(-) Baixas (Nota 7 e 8)		(3.937)	(1.023)	-	(23)	-	(4.983)
Saldo no final do exercício		149.613	10.284	13.706	4	2.492	176.099

(i) Crédito caucionado referente à garantia financeira junto à CCEE.

13. Ativo sujeito à indenização: Política contábil: Correspondem a ajustes realizados no ativo da controlada CESP, contabilizados entre 2013 e 2015, a fim de adequar o valor registrado das respectivas UHEs de Ilha Solteira e Jupia para o valor incontroverso, sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judiciais, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Os ativos sujeitos à indenização sofreram atualização financeira conforme prazos e índices a serem definidos. O CPC 25 define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada CESP.

a) Composição e movimentação

		Consolidado		2022		2021	
		Três Irmãos (Nota 1.1.1(e))	Ilha Solteira	Jupia	Jaguari	Total	Total
Composição do ativo sujeito a indenização							
Ativo sujeito à indenização		3.529.080	2.165.858	642.318	27.589	6.364.845	6.364.845
Ajuste para impairment		-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente		(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	-	(2.622.556)	(2.622.556)
Saldo inicial em 01 de janeiro		1.717.362	2.028	-	19.771	1.739.161	1.739.161
Reversão de impairment de ativos indenizáveis pela União (Nota 7)		634.614	-	-	-	634.614	-
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa (Nota 7)		(248.724)	-	-	-	(248.724)	-
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos e outros (Nota 7)		(385.890)	-	-	-	(385.890)	-
Reclassificação para ativos indenizáveis pela União (Nota 11)		(1.717.362)	-	-	-	(1.717.362)	-
Saldo final em 31 de dezembro		-	2.028	-	19.771	21.799	1.739.161
Ativo sujeito à indenização		-	2.165.858	642.318	27.589	2.835.765	6.364.845
Ajuste para impairment		-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente		-	(506.346)	(304.492)	-	(810.838)	(2.622.556)
Ativo sujeito à indenização (líquido)		-	2.028	-	19.771	21.799	1.739.161

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011. Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente a controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normalização do Poder Concedente, abaixo detalhada. Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a controlada CESP formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a controlada CESP manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A controlada CESP, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, a Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021. **b) UHEs Ilha Solteira e Jupia:** Conforme mencionado anteriormente, a controlada CESP operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, "considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015". Para a UHE de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização. Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a controlada CESP ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos. Apenas o recurso da controlada CESP foi parcialmente provido em 2ª instância, motivo pelo qual ambas as partes apresentaram recursos à 3ª instância, os quais aguardam, atualmente, julgamento. Em atendimento ao CPC 25, a controlada CESP constituiu, em anos anteriores, ajustes para desvalorização desses ativos, no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira - R\$ 506.346 e Jupia - R\$ 304.492, respectivamente). **c) UHE Jaguari:** Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a controlada CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguari ("UHE Jaguari"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. Em 13 de novembro de 2020, o MME publicou a Portaria nº 409/2020, que designou Furnas Centrais Elétricas S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, a controlada CESP reclassificou o valor residual do ativo imobilizado da UHE Jaguari para a rubrica de Ativo sujeito à indenização no montante total de R\$ 19.771, em 31 de dezembro de 2020, e aguarda a definição dos valores de indenização a serem fixados pela União. Até o momento a União não se manifestou em relação ao valor de indenização da UHE Jaguari. **14. Investimentos: Política contábil:** As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. **Impairment de investimentos (ágio):** Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (impairment) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") para fins de teste de impairment. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi concluída a revisão da mensuração do valor recuperável dos ativos, com base nas premissas detalhadas abaixo, e não foram identificadas mudanças indicativas de impairment. Não foram realizados testes de impairment para o ágio reconhecido nas aquisições de participação da Way2 e Aquarela, visto que a avaliação dos ativos e passivos assumidos ocorreu no PPA (Purchase Price Allocation) das operações; e a Flora Energia foi adquirida em outubro de 2022. **Premissas utilizadas no teste de impairment - Ágio Ventos de Santo Estevão Holding:** O ágio registrado refere-se à Autorização Anel e ao PPA - Power Purchase Agreement (Nota 16). O cálculo do valor justo da controlada Estevão Holding foi baseado no método do fluxo de caixa descontado ("DCF"), na data-base de 30 de setembro de 2022. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC *post-tax*, 6,22% a.a.

		Consolidado		Controladora	
		Nota	2022	2022	2021
Item	Premissas				
	Foram considerados o Forecast 2022-2049 da Companhia; Negócios: as projeções foram efetuadas para cada SPE até o final do período de autorização emitida pela ANEEL, sem renovação ao final do período.				
Premissa geral	Para cada SPE: Receita bruta = volume de energia x preço médio; Volumes: considerou-se a produção anual certificada com probabilidade de ocorrência maior ou igual a 50%; Impostos e deduções: Foram projetados com base nas alíquotas do regime de lucro presumido.				
Receitas brutas	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média de 4% a.a. Foram considerados 100% fixos com a receita, variando somente com inflação projetada.				
Capex	Projeção capex imobilizado e intangível: considerou-se somente o orçamento da Administração.				
Premissas utilizadas no teste de impairment - Ágio CESP					
	O ágio registrado refere-se aos ativos imobilizados da controlada CESP das classes Terras e Terrenos, Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias e Reservatórios, Barragens e Autoras (Nota 15). O cálculo do valor justo da controlada CESP foi baseado no método do fluxo de caixa descontado ("DCF"), na data-base de 30 de setembro de 2022. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC <i>post-tax</i> , de 6,69% a.a.				
Item	Premissas				
	Projeções preparadas com base no plano de negócios da Companhia, considera cenário mais provável na visão da Administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisições), somente relacionados ao contrato de concessão atualmente vigente e firmado pela CESP (33,3 anos), sem prorrogação ou perpetuidade.				
Premissa geral	Receita bruta = volume de energia x preço de energia; Volumes: considerou-se somente a garantia física, líquida do efeito do GSF; IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): - PIS/COFINS: 9,25% - P&D: 1,0% - Compensação Financeira (CFURH): 7,0% sobre a produção bruta de energia elétrica em MWh multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), conforme Decreto nº 3.739.				
Receitas brutas	- Uso do Bem Público (UBP) 2,5% - Taxa de Fiscalização (TFSEE): 0,4%				
Impostos e deduções					

		Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Item	Premissas				
	Projeções preparadas com base no plano de negócios fornecido pela Administração da CBA Energia e Pollarix, considera cenário mais provável na visão da Administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisições), somente relacionados aos contratos de concessão atualmente vigentes e firmados pelas investidas: - CBA Energia (18,3 anos em média), sem prorrogação ou perpetuidade. UGCs testadas: Baesa - Energética Barra Grande S.A. e Enercan - Campos Novos Energia S.A. - Pollarix (19,9 anos em média), sem prorrogação ou perpetuidade. UGCs testadas: L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.; L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.; e L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (Pollarix S.A.)				
Premissa geral	Receita bruta = volume de energia x preço de energia. Receita bruta = volume de energia x preço de energia. IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): - PIS / COFINS: 9,25%.				
Receitas brutas	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear. Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta;				
Capex	Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas fornecidas pela administração da Auren Comercializadora. O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível.				
Premissas utilizadas no teste de impairment - Ágio CBA Energia e Pollarix:	O ágio testado das coligadas CBA Energia e Pollarix refere-se aos valores contabilizados na VGE, os quais com a incorporação reversa passaram a compor o saldo de investimentos da Companhia. O cálculo do valor justo das foi baseado no método do fluxo de caixa descontado ("DCF"), na data-base de 30 de setembro de 2022. Considerou-se a taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC <i>post-tax</i> , 6,22% a.a.				
Item	Premissas				
	Projeções preparadas com base no plano de negócios fornecido pela Administração da CBA Energia e Pollarix, considera cenário mais provável na visão da Administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisições), somente relacionados aos contratos de concessão atualmente vigentes e firmados pelas investidas: - CBA Energia (18,3 anos em média), sem prorrogação ou perpetuidade. UGCs testadas: Baesa - Energética Barra Grande S.A. e Enercan - Campos Novos Energia S.A. - Pollarix (19,9 anos em média), sem prorrogação ou perpetuidade. UGCs testadas: L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.; L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.; e L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (Pollarix S.A.)				
Premissa geral	Receita bruta = volume de energia x preço de energia. Volumes: considerou-se somente a garantia física, líquida do efeito do GSF. IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): - PIS / COFINS: 9,25%.				
Receitas brutas	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear. Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta;				
Capex	Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas fornecidas pela administração da CBA Energia e Pollarix. O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível.				

a) Composição:

		Consolidado				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
		Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício (prejuízo)	Participação total (%)	Participação votante (%)				

continuação

Notas explicativas da Auren Energia S.A.

						2022			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas									
CESP - Companhia Energética de São Paulo	1.125.016	15.024.004	(1.503.554)	(4.504.138)	(10.141.328)	1.705.141	(644.227)	1.385.702	2.446.616
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (iii)	2.806.926	4.131.965	(2.443.592)	(3.949.792)	(545.507)	2.960.122	(2.524.663)	(36.134)	399.325
Jaíba V Holding S.A.	1.573	497.235	(354)	(13)	(498.441)	-	1.335	56	1.391
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	1.126	78.824	(31.241)	(44.352)	(4.357)	-	(3.648)	(10.015)	(13.663)
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	11.064	16.477	(943)	-	(26.598)	-	(342)	633	291
MRTV Energia S.A.	1.052	-	(22)	-	(1.030)	-	(13)	58	45
Ventos do Araripe III									
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	28.227	672.099	(9.445)	(181.233)	(509.648)	-	71.084	(22.825)	48.259
Ventos do Piauí I									
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	23.325	468.649	(11.538)	(151.780)	(328.856)	-	47.752	(14.509)	33.243
Ventos do Piauí II									
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (i)	21.852	82.220	(475)	-	(103.597)	-	(7.551)	3.511	(4.040)
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	27.834	256.769	(12.956)	(212.066)	(59.581)	5.662	(6.698)	(2.582)	(3.618)
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. (i)	18.645	75.240	(157)	-	(93.728)	-	(8.573)	3.420	(5.153)
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	29.155	257.455	(13.463)	(217.671)	(55.476)	5.476	(6.469)	(2.656)	(3.649)
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	35.305	212.556	(11.334)	(186.677)	(49.850)	6.515	(6.501)	(2.791)	(2.777)
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	6.068	195.671	(9.322)	(140.571)	(51.846)	1.735	(2.967)	(1.354)	(2.586)
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (i)	5.127	21.440	(5)	-	(26.562)	-	(2.626)	563	(2.063)
Ventos do Piauí III									
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	15.521	230.280	(18.515)	(184.127)	(43.159)	12.045	(10.625)	(9.951)	(8.531)
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	14.720	258.417	(14.500)	(203.824)	(54.813)	10.276	(10.425)	(6.112)	(6.261)
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	9.607	188.129	(13.893)	(140.962)	(42.881)	8.953	(8.025)	(5.750)	(4.822)
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	1.067	171.566	(9)	-	(172.624)	-	(8.131)	59	(8.072)
Coligadas									
Polarix S.A. (ii e iii)	41.929	369.238	(46.020)	-	(365.147)	35.936	114.029	2.607	152.572
CBA Energia Participações S.A. (ii e iii)	30.572	348.285	(45.128)	-	(333.729)	81.838	31.960	2.570	116.368
Pinheiro Machado Participações S.A. (ii e iii)	37	40.708	-	-	(40.745)	-	32.174	-	32.174

						2021			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas									
CESP - Companhia Energética de São Paulo	666.496	13.052.547	(796.147)	(5.339.334)	(7.583.562)	1.512.972	(455.456)	(616.689)	440.827
Jaíba V Holding S.A.	1.296	40.590	(16)	-	(41.871)	-	-	-	-
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	155	139	(41)	-	(253)	-	(93)	7	(86)
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	996	-	(2)	-	(994)	-	(4)	(1)	(5)
Ventos do Araripe III									
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	8.573	617.533	(8.071)	(173.647)	(444.388)	-	(97.663)	(31.063)	(128.726)
Ventos do Piauí I									
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	20.750	436.157	(9.753)	(143.844)	(303.310)	-	45.462	(19.139)	26.323
Ventos do Piauí II									
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	40.816	59.448	(247)	-	(100.017)	-	(1.702)	890	(812)
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	34.079	75.994	(2.362)	(68.207)	(39.504)	-	(705)	(129)	(834)
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	34.344	59.345	(25)	-	(93.664)	-	(1.452)	97	(1.355)
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	35.805	74.947	(987)	(70.209)	(39.556)	-	(668)	(130)	(798)
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	37.040	65.330	(2.131)	(60.613)	(39.626)	-	(645)	(122)	(767)
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	34.777	56.421	(1.053)	(50.713)	(39.432)	-	(753)	(102)	(855)
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.	8.823	19.851	(48)	-	(28.626)	-	(514)	193	(321)
Ventos do Piauí III									
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	38.334	73.637	(1.898)	(70.372)	(39.701)	-	(803)	(128)	(931)
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	38.135	81.840	(1.123)	(79.291)	(39.561)	-	(794)	(144)	(938)
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	36.984	60.784	(1.403)	(56.663)	(39.702)	-	(667)	(109)	(776)
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	187	86.877	(14)	-	(87.050)	-	(2.378)	2	(2.376)

15. Imobilização: Política contábil: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis. A controlada CESP adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das Demonstrações Contábeis para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira fosse expressa com maior fidelidade. A contrapartida deste ajuste foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido da controlada CESP. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Para os ativos de geração, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão ou autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL e no caso das usinas hidrelétricas, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **a) Composição e movimentação:**

	Consolidado													
	2022	2021	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Aerogeradores	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos de serviço	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício														
Custo	265.789	2.065.691	2.536.183	8.120.326	2.738.398	255.868	6.984	5.179	-	724.851	16.719.269	16.074.008		
Depreciação acumulada	(21.681)	(1.492.078)	(1.624.459)	(4.086.143)	(552.989)	(52.671)	(5.327)	(3.105)	-	(7.838.453)	(7.377.255)			
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	858.924	-	312.619	(982.722)	-	-	-	-	-	-	188.821	188.821		
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	(83.730)	-	(89.137)	83.512	-	-	-	-	-	-	(89.355)	(60.156)		
Saldo líquido no início do exercício	1.019.302	573.613	1.135.206	3.134.973	2.185.409	203.197	1.657	2.074	-	724.851	8.980.282	8.825.418		
Adições (i)	-	-	-	-	-	21.128	-	-	-	1.605.707	1.626.835	773.869		
Baixa	-	-	(809)	-	-	-	-	-	-	(809)	(9.820)	(809)		
Depreciação acumulada	(7.792)	(48.009)	(40.875)	(215.204)	(147.535)	(23.561)	(277)	(382)	(870)	-	(484.505)	(461.198)		
Amortização de ajuste a valor justo	(28.316)	-	(31.427)	30.036	-	-	-	-	-	-	(29.707)	(29.199)		
Efeito de incorporação reversa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	625	625		
Empresa incorporada incluída na consolidação	-	443	385	-	-	-	-	-	-	-	30.192	32.554		
Reversão (provisão) de impairment (Nota 15 (c))	5.949	44.101	50.619	130.255	-	-	-	-	-	-	230.924	50.932		
Transferências (ii)	(4.064)	(11.627)	202.538	91.282	1.949.432	-	-	2.148	6.369	(2.195.242)	40.836	(161.233)		
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.487)		
Saldo no final do exercício	985.079	558.521	1.315.637	3.171.342	3.987.306	200.764	1.380	5.374	5.499	166.133	10.397.035	8.980.282		
Custo	271.448	2.095.454	2.842.290	8.065.385	4.687.830	276.996	6.984	7.814	6.645	166.133	18.650.234	16.719.269		
Depreciação acumulada	(33.247)	(1.536.933)	(1.718.708)	(4.024.869)	(700.524)	(76.232)	(5.604)	(2.440)	(1.146)	-	(8.322.958)	(7.838.453)		
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	858.924	-	312.619	(982.722)	-	-	-	-	-	-	188.821	188.821		
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	(112.046)	-	(120.564)	113.548	-	-	-	-	-	-	(119.062)	(89.355)		
Saldo líquido no final do exercício	985.079	558.521	1.315.637	3.171.342	3.987.306	200.764	1.380	5.374	5.499	166.133	10.397.035	8.980.282		
Taxas médias anuais de depreciação - %	3	3	5	2	5	10	15	6	4					

(i) Os custos de empréstimos e financiamentos, líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras, capitalizados no imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representou o montante consolidado de R\$ 45.082 (R\$ 28.413 em dezembro de 2021). (ii) Em 2022, houve a transferência dos ativos imobilizados em andamento, no montante de R\$ 2.195.242, para as classes de "Aerogeradores", "Máquinas e equipamentos" e "Edifícios, construções e benfeitorias", devido ao início da operação comercial dos complexos eólicos de Ventos de Piauí II e III, exceto Ventos de São Ciríaco e Ventos de São Caio, após conclusão do processo de utilização dos itens do ativo imobilizado realizado por empresa especializada. Adicionalmente, houve transferências realizadas para a classe de "Softwares" do intangível.

	Controladora											
	2022	2021	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total	Obras em andamento	Total	Total	Total	Total	Total
Saldo no início do exercício												
Custo	-	-	-	-	3.331	3.331	-	159.969	-	-	-	-
Saldo líquido no início do exercício	-	-	-	-	3.331	3.331	-	159.969	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	16.144	16.144	-	3.759	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(9)	(30)	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de incorporação reversa	-	-	-	-	625	625	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	336	1.152	(1.622)	(134)	-	(160.397)	-	-	-	-
Saldo no final do exercício					327	1.122	18.478	19.927	3.331	3.331	3.331	3.331
Custo	-	-	336	1.152	18.478	19.966	-	3.331	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	(9)	(30)	-	(39)	-	-	-	-	-	-
Saldo líquido no final do exercício					327	1.122	18.478	19.927	3.331	3.331	3.331	3.331
Taxas médias anuais de depreciação - %	-	-	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-

b) Obras em andamento

	Consolidado											
	2022	2021	Projeto Corumbá - GO (i) <th>Modernização <th>Pipelines <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> </th></th>	Modernização <th>Pipelines <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> </th>	Pipelines <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th>	Total						
Projetos												
Construção dos parques eólicos - Complexos VDP II e III	5.907	680.195										

continuação

Notas explicativas da Auren Energia S.A.

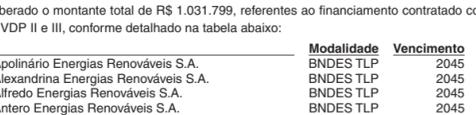
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Consolidado 2022		Controladora 2022	
		Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Total	Valor justo	2022	2021
BNDES	TJLP+2,53%	5.557	(7.217)	111.551	109.891	-	(59.115)	1.421.286	1.362.171	1.472.062	1.249.965		
BNDES	TLP+4,56%	268	(1.615)	56.810	55.463	-	(35.472)	1.645.106	1.609.634	1.665.097	960.185		
Debêntures	IPCA+4,61%/CDI+1,55%	39.964	(6.878)	78.175	111.261	43.758	(39.092)	2.577.131	2.581.797	2.693.058	2.491.510		
		45.789	(15.710)	246.536	276.615	43.758	(133.679)	5.643.523	5.553.602	5.830.217	4.701.660		

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Consolidado 2021		Controladora 2021	
		Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Total	Valor justo	2021	2020
BNDES	TJLP+2,53%	5.433	(7.217)	101.861	100.077	-	(66.333)	1.521.611	1.455.278	1.555.355	1.287.718		
BNDES	TLP+4,56%	268	(72)	198	126	-	(18.824)	568.641	549.817	549.943	405.799		
Debêntures	IPCA+4,61%/CDI+1,56%	38.011	(6.256)	77.001	108.756	1.464	(46.517)	2.541.873	2.496.820	2.605.576	2.544.450		
		43.444	(13.545)	179.060	208.959	1.464	(131.674)	4.632.125	4.501.915	4.710.874	4.237.967		

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Consolidado 2021		Controladora 2021	
		Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Total	Valor justo	2021	2020
BNDES	CDI+1,48%	43.758	(1.243)	300.000	299.674	300.000	299.674	312.965					
		43.758	(1.243)	300.000	299.674	300.000	299.674	312.965					

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; CDI - Certificado de Depósito Interbancário; IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; TLP - Taxa de Longo Prazo; TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

b) Perfil de vencimento



c) Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	4.710.874	3.749.688	299.674	-
Captações	1.032.175	838.860	-	300.000
Provisão de juros	360.073	254.894	42.294	1.464
Atualização monetária	177.932	200.852	-	-
Apropriação de custos de captações	13.108	13.739	619	-
Adição do custo de captação	(17.264)	(20.989)	(72)	(1.790)
Juros pagos	(266.424)	(221.180)	-	-
Liquidações	(180.237)	(104.991)	-	-
Saldo no final do exercício	5.830.217	4.710.874	342.515	299.674

d) Principais transações realizadas em 2022

Até 31 de dezembro de 2022, foi liberado o montante total de R\$ 1.031.799, referentes ao financiamento contratado com o BNDES para a construção dos parques eólicos dos complexos de VBP II e III, conforme detalhado na tabela abaixo:

Data	Empresa	Modalidade	Vencimento	Moeda	Valor	Custo
mar/2022	Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	76.600	IPCA + 4,56%
abr/2022	Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	102.324	IPCA + 4,56%
abr/2022	Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	60.970	IPCA + 4,56%
mai/2022	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	104.000	IPCA + 4,56%
mai/2022	Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	97.794	IPCA + 4,56%
mai/2022	Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	75.638	IPCA + 4,56%
jun/2022	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	114.473	IPCA + 4,56%
jun/2022	Ventos de São Crispim II Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	112.161	IPCA + 4,56%
ago/2022	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	80.517	IPCA + 4,56%
ago/2022	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	78.089	IPCA + 4,56%
nov/2022	Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	11.464	IPCA + 4,56%
nov/2022	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	15.366	IPCA + 4,56%
dez/2022	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	19.067	IPCA + 4,56%
dez/2022	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	19.114	IPCA + 4,56%
dez/2022	Ventos de São Crispim II Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	19.068	IPCA + 4,56%
dez/2022	Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	28.640	IPCA + 4,56%
dez/2022	Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	16.514	IPCA + 4,56%

e) Garantias

Controlada	Modalidade	Garantia
		Garantia Votorantim S.A.® e Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.; Contas reservas;
Piauí I	BNDES	Penhor dos ativos e ações;
Piauí I	Debêntures	Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações. Garantia Votorantim S.A.;
		Garantia Auren Energia S.A.; Contas reservas;
Piauí II e III	BNDES	Penhor dos ativos e ações;
		Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações. Garantia Auren Energia S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas;
Araípe III	Repasse BNDES	Penhor dos ativos e ações;
		Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações. Garantia SPES
		Garantia Corporativa Auren Energia S.A.; Contas reservas;
Araípe III	Debêntures	Penhor dos ativos e ações;
		Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(f) Garantias serão liberadas após o cumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos.

f) Condições restritivas: Os empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras (*covenants*), sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo, financiamento e debêntures. A controlada CESP possui contratos de debêntures, cuja Escritura de Emissão não prevê qualquer tipo de cláusula restritiva financeira, normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Porém, outras cláusulas restritivas constantes da Escritura de Emissão são constantemente monitoradas. As obrigações decorrentes das debêntures, incluindo as obrigações pecuniárias, poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia resultar em um impacto adverso no fluxo de caixa da CESP e, consequentemente, da Companhia. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2022 contêm cláusulas restritivas financeiras, que exigem a obrigatoriedade da manutenção do índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) em 1,2 vezes apurado a cada encerramento de exercício. A Administração da Companhia e suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2022 não existe qualquer descumprimento dessas cláusulas restritivas.

19. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Energia comprada para revenda	308.443	105.398	-	-
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 27)	22.650	2.770	-	-
Fornecedores de materiais e serviços	139.964	88.167	3.919	3.910
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 27)	5.282	1.950	202	1.155
Aquisição de projetos e investimentos	50.196	3.081	50.196	3.081
Encargos de uso da rede elétrica	22.484	24.212	-	-
	549.019	225.578	54.317	8.146

Não circulante

Aquisição de projetos e investimentos (i)	-	74.216	-	74.216
	-	74.216	-	74.216
	549.019	299.794	54.317	82.362

(i) Conforme mencionado na nota 16 item 1, houve ajuste do custo de aquisição do projeto solar, cláusula prevista no SPA (*Share purchase agreement*) assinado em setembro de 2021, houve o desreconhecimento das obrigações com os fornecedores das placas solares, o que resultou em baixa do saldo de aquisição de projetos e investimentos no montante de R\$ 30.970, reconhecimento de valores a receber na rubrica de outros ativos no montante de R\$ 32.530, em contrapartida com a baixa de intangível, no montante de R\$ 63.500. **20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Política contábil:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido no data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em aliquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As controladas de Piauí I e I e seu consórcio, exceto Ventos de São Vicente Participações de Energias Renováveis S.A., de Araípe III, exceto Ventos de Santo Estevão Holding S.A., e de Piauí II e III e seus consórcios, exceto Ventos de Santo Anselmo, Santo Ângelo, São João Paulo II e Santo Iúri Energias Renováveis S.A., optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia. **20.1 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer interpretações divergentes entre as autoridades fiscais e as companhias. Portanto, o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22) visa tratar especificamente da contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro, imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, buscando maior transparência, consistência e comparabilidade das demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Administração da companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre aplicabilidade e montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado. Com base em avaliações técnicas, se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras. No exercício findo em 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram efeitos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito. **(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL:** Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.053.340	592.854	2.648.549	59.370
Aliquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(1.038.136)	(201.570)	(900.507)	(20.186)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos	44.424	-	946.814	16.620
Equivalência patrimonial	(20.362)	(17.560)	(3.252)	(294)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(7.168)	(20.081)	(7.269)	129
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	(29.073)	(44.207)	-	-
Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido	489	434	-	16
Incentivo fiscal	30.423	-	-	-
Impairment	823.350	-	-	-
Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União	(215.769)	-	-	-
Baixa de ativos indenizáveis pela União	(4.820)	-	(4.820)	-
Baixa de imposto diferido referente incorporação reversa	42.024	-	-	-
Diferido constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores - Auren Comercializadora	(108)	1.776	(5.115)	3.084
Outras exclusões (adições) permanentes, liquadas	(374.726)	(281.208)	25.851	(631)
IRPJ e CSLL apurados	(89.684)	(40.325)	-	50
Correntes	(285.042)	(240.883)	25.851	(681)
Diferidos	(374.726)	(281.208)	25.851	(631)
IRPJ e CSLL no resultado				

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos: Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2022 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias da CESP e Auren Comercializadora estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia, no caso da CESP, para o período da concessão, as quais são revisadas anualmente, e demonstram, de forma consistente, a realização dos respectivos saldos. As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros. A estimativa utilizada para as análises tem como base o Planejamento estratégico que demonstra que as controladas terão lucros tributáveis superiores ao montante total de créditos fiscais, sendo possível recuperar os créditos diferidos em sua totalidade até 2042 na CESP e até 2036 na Auren Comercializadora.

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social				
Créditos tributários				
Prejuízos fiscais e base negativa	1.096.946	1.035.256	-	-
Provisão de <i>impairment</i>	510.046	588.560	-	-
Provisão ativo regulatório	275.685	461.031	-	-
Provisão para litígios	402.776	451.982	-	-
Atualização de benefícios pós-emprego	-	74.085	-	-
Contratos futuros de energia	-	2.790	-	-
Hedge accounting	-	4.318	-	-
Outras provisões	161.047	72.149	-	-
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Reconhecimento e realização de ágio	(383.305)	(34.445)	(378.848)	(14.136)
Ganho por compra vantajosa da CESP (i)	(312.805)	(312.805)	(312.805)	(312.805)
Repactuação de risco hidrológico	(242.052)	(254.587)	-	-
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(16.257)	(18.291)	-	-
Ajuste a valor presente sobre alienação de investidas	(9.070)	(4.774)	(8.586)	(4.057)
Contratos futuros de energia	(66.215)	-	-	-
Atualização de benefícios pós-emprego	(2.203)	-	-	-
Efeito em outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego (i)	431.940	532.985	-	-
Custo atribuído de imobilizado	441.576	458.615	-	-
Hedge accounting	(264)	-	(264)	-
Líquido	2.287.845	3.056.869	(700.503)	(330.998)
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	3.000.824	3.408.893	-	-

→continuação

	Consolidado				
	2022	2021			
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
(a) Composição e movimentação:					
Saldo no início do exercício	1.164.728	92.104	66.909	5.671	1.329.412
Atualizações (Nota 8)	89.160	5.722	1.951	236	97.069
Provisão/(reversão) (Nota 7)	(110.752)	19.996	31.379	(142)	(59.519)
(-) Pagamentos	(96.404)	(39.703)	(46.355)	(455)	(182.917)
Empresa incorporada incluída na consolidação	355	1.605	-	-	1.960
Saldo no final do exercício	1.047.087	79.724	53.884	5.310	1.186.005
Circulante	116.013	49.104	2.986	2.273	170.376
Não circulante	931.073	30.621	50.898	3.037	1.015.629
Saldo no final do exercício	1.047.086	79.725	53.884	5.310	1.186.005

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva. **(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis:** A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível, para os quais não há provisão contabilizada é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Principais ações		
Desapropriações, indenizações e obrigação de fazer, sobretudo em razão da implantação dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da controlada CESP.		
Cíveis Indenizações, reintegração de posse e servidão de passagem nas controladas VDP I, II e III e VDA.	786.881	1.307.288
Tributárias Pedidos de restituição, execução fiscal, processos administrativos e auto de infração nas controladas eólicas e CESP.	480.057	436.983
Medidas reparatórias de supostos danos ambientais cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da controlada CESP.		
Suposto descumprimento de condicionante de licença de operação e suposta elaboração de relatórios omissos de monitoramento de ruídos e efeito estroboscópico na controlada do parque eólico VDP I.	345.683	347.162
Trabalhistas Responsabilidades subsidiárias, sobretudo em razão de contratação de terceiros.	34.680	51.404
	1.647.301	2.142.837

O principal movimento na esfera cível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se aos acordos realizados em diversas ações indenizatórias, que discutiam supostos impactos ocorridos em função da construção da UHE de Porto Primavera, operada pela controlada CESP. Independente do prognóstico, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira. A Administração da Companhia e suas controladas, embasadas em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa. **26. Benefícios pós-emprego:** A controlada CESP patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP. Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de Benefício Definido (BD) e, também, de Contribuição Definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante da controlada CESP é o denominado BPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado), constituído em 1997. **Política contábil:** Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ativos) e CD são calculados anualmente por atuário independente com data-base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício pós-emprego é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente. **Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33:** O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

	Relatório CPC 33 (R1)		PREVIC	
	2022	2021	2022	2021
Metodologia				
Utilizado o método atuarial Crédito Unitário			Utilizado o método atuarial Agregado para apurar o valor presente da obrigação do plano.	
Metodologia de Cálculo do Passivo Atuarial	Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 31/12/2022		Taxa definida com base no valor presente da obrigação do plano, com o correção instituído pela Previc na Portaria Previc nº 337/2020	

	Relatório CPC 33 (R1)		PREVIC	
	2022	2021	2022	2021
Hipóteses				
Taxa de desconto anual	9,65% a.a (6,2% a.a. real)		4,83% a.a.	
Taxa de inflação anual de longo prazo	N/A em função do saldamento do plano		3,75% a.a.	
Crescimento Real dos Salários	N/A em função do saldamento do plano		N/A	
Crescimento Real da Unidade de Referência	3,25% a.a.		N/A	
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo		AT-2000 Basic, segregada por sexo	
Mortalidade de Invalídios	AT - 1949 - Masculina agravada em 10%		AT 49 agravada em 10%	
Entrada em Invalidez	Merced Disability segregada por sexo, suavizada em 50%		Merced Disability segregada por sexo suavizada em 50%	
Rotatividade	N/A em função do saldamento do plano		N/A	
Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos/Mulheres: 30 anos			Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos/Mulheres: 30 anos	
Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos/Mulheres: 30 anos			Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos/Mulheres: 30 anos	
Tempo de filiação ao plano - 15 anos			Tempo de filiação ao plano - 15 anos	
Tempo de filiação ao plano - 15 anos			Tempo de filiação ao plano - 15 anos	
Entrada em Aposentadoria	ExpFCF_2014		ExpFCF_2014	
Composição Familiar				

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2022 da controlada CESP, calculado com base no CPC 33 e de R\$ 1.263.931, enquanto o passivo atuarial estimado com base na metodologia PREVIC correspondente exclusivamente à parcela da patrocinadora CESP seria de R\$ 1.710.430. **Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1)/IAS 19.** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2022, segundo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1)/IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos - BD é como segue: **Premissas atuariais**

	2022			2021		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Premissas:						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	9,65%	9,65%	9,65%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	9,65%	9,65%	9,65%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	6,20%	6,20%	6,20%	5,26%	5,26%	5,26%
Taxa de crescimento salarial	N/A em função do saldamento do plano			N/A em função do saldamento do plano		
Taxa de inflação de longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de rotatividade	N/A em função do saldamento do plano			N/A em função do saldamento do plano		
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo			AT 2000 segregada por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	Merced Disability segregada por sexo, suavizada em 50%			LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%		
Tábua de mortalidade de invalídios	AT - 1949 - Masculina agravada em 10%			AT - 1949 - Masculina agravada em 10%		
Quantidade de participantes:						
Nº de participantes ativos	24	57	55	33	92	87
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	3.582	1.636	911	4.309	1.935	1.037
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	107	45	15	148	65	25
Nº de participantes inativos - pensionistas	982	184	61	1.224	230	84

Avaliação atuarial: Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). **Plano BSPS - Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP. **Plano BD - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os autos patrocinados estão incluídos entre os participantes. **Plano CV - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são: 1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários; 2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários; 3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10, 15 ou 20 anos; 4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%. O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência da controlada CESP.

Cálculo e movimentações

	Consolidado		
	BSPS	BD	CV
Análise de sensibilidade			
Efeito sobre a obrigação de benefício definido se:			
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	5.449.864	885.216	135.899
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	5.048.261	803.392	123.192

Fluxos de caixa projetados

	Consolidado		
	BSPS	BD	CV
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte	52.767		1.191
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:			
2023	492.608	65.686	6.443
2024	484.104	64.552	6.332
2025	474.679	63.296	6.208
2026	464.797	61.978	6.079
2027	454.607	60.619	5.946
2028 a 2033	2.086.612	278.238	27.291

	Consolidado		
	2022	2021	2021
Valor justo dos ativos do plano de benefícios			
Ativos			
Receivável	5.384.917	579.328	837.013
Investimento	4.112.423	5.199.132	628.726
	9.497.340	5.778.460	1.665.739
Passivos			
Obrigações	(500)	(142.279)	(4.900)
Fundos não previdenciais	-	(1.309)	-
Saldos de conta CD	-	(4.255)	(7.421)
Valor justo	9.496.840	5.636.181	1.660.175

(a) Conciliação dos ativos e passivos:

	Consolidado		
	BSPS	BD	CV
Valor da obrigação atuarial líquida	5.241.721	841.793	129.217
Valor justo dos ativos dos planos	(4.036.147)	(814.419)	(98.234)
Total do passivo líquido	1.205.574	27.374	30.983

(b) Demonstração do passivo atuarial:

	Consolidado		
	BSPS	BD	CV
Saldo inicial do valor presente das obrigações			
Custo do serviço corrente (Nota 26 (d))	6.677.895	1.068.343	151.027
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 26 (d))	539.926	87.727	12.885
Eleito da migração ganhos atuariais (Nota 26 (d))	(20.148)	-	-
Benefícios pagos efeito da migração sobre a obrigação	(1.209.173)	(155.492)	(16.779)
Benefícios pagos pelo plano	(561.217)	(72.103)	(9.350)
(Ganhos)/perdas atuariais (Nota 26 (e))	(185.563)	(86.692)	(6.654)
Obrigação total no exercício	6.677.895	1.068.343	151.027
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano			
Juros sobre ativos do plano (Nota 26 (d))	(5.032.732)	(972.822)	(106.212)
Contribuições do patrocinador	(394.171)	(77.768)	(8.730)
Benefícios pagos efeito da migração sobre o ativo	(57.470)	-	(699)
Benefícios pagos pelo plano	922.540	141.312	11.577
Rendimento dos ativos do plano (Nota 26 (e))	561.217	72.103	9.350
Valor justo dos ativos dos planos	(4.036.144)	(814.420)	(98.234)
Total do passivo líquido	1.205.576	27.373	30.982

	Consolidado		
	BSPS	BD	CV
Saldo inicial do valor presente das obrigações			
Custo do serviço corrente (Nota 26 (d))	7.145.620	1.131.378	172.399
Custo do serviço passado (Nota 26 (d))	-	1.564	188
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 26 (d))	451.340	72.250	10.982
Contribuições de participantes	-	1.179	-
Benefícios pagos pelo plano	(529.866)	(63.747)	(10.487)
(Ganhos)/perdas atuariais (Nota 26 (e))	(389.199)	(76.142)	(22.055)
Obrigação total no exercício	6.677.895	1.068.343	151.027
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano			
Juros sobre ativos do plano (Nota 26 (d))	(4.994.967)	(947.860)	(94.191)
Contribuições de participantes	(310.256)	(60.327)	(5.867)
Benefícios pagos efeito da migração sobre o ativo	-	(1.179)	-
Benefícios pagos pelo plano	529.866	63.747	10.487
Rendimento dos ativos do plano (Nota 26 (e))	(257.375)	(26.676)	(15.635)
Valor justo dos ativos dos planos	(5.032.732)	(972.822)	(106.212)
Total do passivo líquido	1.645.163	95.521	44.815

(c) Movimentação do passivo atuarial:

	Consolidado		
	BSPS	BD	CV
Saldo inicial do exercício			
Custo do serviço corrente (Nota 26 (d))	1.785.499	2.412.379	172.399
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 26 (d))	87	3.613	158.122
Contribuições pagas	(58.169)	(1.533)	(1.533)
Atualização de mensuração atuarial (Nota 26 (e))	(297.192)	(787.082)	(787.082)
Efeito migração planos CD (Nota 1.1 c):			
Liquidação	-	(306.015)	-
Efeito da migração ganhos atuariais (Nota 26 (d))	-	(20.148)	-
Saldo final do exercício	1.263.931	1.785.499	1.785.499

(d) Componentes do resultado do exercício:

	Consolidado		
	BSPS	BD	CV
Saldo do serviço corrente			
Custo do serviço passado	-	87	87
Custo de juros sobre a obrigação	539.926	87.727	12.885
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(394.171)	(77.768)	(8.730)
Efeito da migração ganhos atuariais	(20.148)	-	(20.148)
(Receita)/despesa estimada para o exercício	125.607	9.959	4.242

	Consolidado		
	BSPS	BD	CV
(e) Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA):			
Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	351.716	(11.081)	7.723
Perda atuarial de alterações de premissas	(537.279)	(75.601)	(16.377)
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecidos	(35.528)	22.755	(3.520)
Movimento em ORA durante o exercício (Nota 26 (c))	(221.091)	(63.927)	(12.174)
Efeitos de tributos diferidos	75.171	21.735	4.139
Efeito líquido em outros resultados abrangentes (Nota 28.5)	(145.920)	(42.192)	(8.035)

(f) Despesa/(receita) estimada para 2023 (não auditado)

	Consolidado		
	BSPS	BD	CV
Custo de juros sobre a obrigação	529.047	84.329	12.750
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(366.269)	(75.495)	(9.199)
Despesa estimada para o exercício	162.778	8.834	3.551

Abaixo é demonstrada a despesa estimada para o exercício seguinte, com base na avaliação atuarial de atuário independente em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado		
	2022	2021	2021
Caixa e equivalentes de caixa			
Banco Votorantim S.A.	1.153	65.344	-
	1.153	65.344	-

Contas a receber de clientes

* continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Auren Energia S.A.**Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de impairment) (Notas 15 e 16)**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 10.397.035 mil e R\$ 2.587.808 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. A administração realiza, no mínimo anualmente, a avaliação de indicativos de redução ao valor recuperável e, quando aplicável, teste de *impairment* desses ativos, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*).
- Análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis.
- Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.
- Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment*, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

Carlos Eduardo Guaráná Mendonça
Contador
CRC 1SP196994/O-2